



PPP

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



ESCOLA MUNICIPAL MARIA RITA ALVES DE JESUS



SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



ESCOLA MUNICIPAL MARIA RITA ALVES DE JESUS

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Escola Municipal Maria Rita Alves De Jesus

Secretaria Municipal de Educação

ANGUERA-BA, 2022

Projeto (re)elaborado coletivamente pela comunidade escolar a partir da reflexão e discussões dos problemas da escola para organização do trabalho pedagógico.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Renan Iury Mendes Brito

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:

Alyne Emanuele Rodrigues Amorim

Juliane de Carvalho Correia

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

DIRETOR ESCOLAR

Gilvan Pereira Brito

VICE- DIRETORA:

Mariane de Jesus Nascimento

COORDENADORA PEDAGÓGICA:

Beatriz Souza Almeida

PROFESSORAS:

Flávia Santos Azevedo

Welliam Vasconcelos Ferreira Freitas

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Anderson Sampaio Oliveira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

2.2 Perfil Identitário

2.2.1 Função social: Missão, Visão e Valores

2.2.2 Características e finalidades

2.3 Linha do Tempo: História Institucional

2.4 Diagnóstico Atual

2.4.1 Avaliação Institucional

3. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

3.1 Concepção Institucional de Ser Humano, sociedade e cultura;

3.2 Concepção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino;

3.3 Concepção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho;

3.4 Concepção de Currículo

3.4.1 Fundamentos do Currículo;

3.4.2 Princípios do Currículo

3.5 Concepção de Gestão Democrática

3.6 Princípios Orientadores da Prática Pedagógica

3.6.1 A pesquisa como Princípio Pedagógico

3.6.2 O Trabalho como Princípio Educativo

3.6.3 O respeito à diversidade

4. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

4.1 O Planejamento Pedagógico

4.2 A Avaliação para a Aprendizagem

4.3 Os Temas Integradores

4.3.1 Educação em Direitos Humanos

4.3.2 Educação para a Diversidade

4.3.3 Educação para o Trânsito

4.3.4 Saúde na Escola

4.3.5 Educação Ambiental

4.3.6 Educação Financeira e para o Consumo

4.3.7 Cultura Digital

4.3.8 Educação Fiscal

4.3.9 Parte Diversificada

4.4 Perfis Esperados do Professor e do Aluno

5. ETAPAS DO ENSINO

5.1 Ensino Fundamental

5.1.2 Anos Finais

5.1.3 Organizador Curricular e a Contextualização da Parte Diversificada

5.1.4 Transição do 9º Ano para o Ensino Médio

6. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

6.1 A Política da Educação Inclusiva

6.1.1 Concepção da Escola Inclusiva

6.1.2 Princípios Orientadores da Educação Inclusiva

6.1.3 Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva

6.1.4 Diretrizes e Indicadores da Avaliação

6.2 A Política de Educação do/no Campo

6.2.1 Concepção da Educação do/no Campo

6.2.2 Princípios Orientadores da Educação do/no Campo

6.2.3 Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação do/no Campo

6.2.4 Avaliação da aprendizagem

6.3 A Política da Educação de Jovens e Adultos

6.3.1 Concepção da Educação de Jovens e Adultos

6.3.2 Princípios Orientadores da Educação de Jovens e Adultos

6.3.3 Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos

6.3.4 Diretrizes e Indicadores da Avaliação

6.4 A Política da Inovação Tecnológica

6.4.1 Concepção da Inovação Tecnológica

6.4.2 Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica

6.4.3 Diretrizes e Inovação Tecnológica

6.4.4 Diretrizes e indicadores de Avaliação

6.5 A Política De Assistência Estudantil

6.5.1 Concepção de Assistência Estudantil

6.5.2 Princípios Orientadores da Assistência Estudantil

6.5.3 Diretrizes da Assistência Estudantil

6.6 A Política de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores

6.6.1 Concepção da Formação Continuada

6.6.2 Princípios Orientadores da Formação Continuada

6.6.3 Diretrizes da Formação Continuada

6.7. A Política de Comunicação Escola/Família e Escola/Comunidade

6.7.1 Concepção da comunicação escola/família/comunidade

6.7.2 Princípios da comunicação escola/família/comunidade

6.7.3 Diretrizes da comunicação escola/família/comunidade

7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

7.1. Concepção de Avaliação do PPP

7.2 Aspectos Teórico-Metodológicos dos Processos

7.3 Diretrizes para a Implementação do Processo

7.4 O Programa Institucional de Avaliação do PPP

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

9. REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico é um documento instituído pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e se constitui em um instrumento que norteia e fundamenta as práticas pedagógicas das instituições de ensino, além de expressar a identidade da escola, bem como as suas concepções, ações e sua função socioeducativa.

O processo de reelaboração do PPP da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus leva em consideração toda a trajetória da instituição, bem como de toda a comunidade escolar, assim como sua história e as especificidades da comunidade na qual a escola está inserida e, com isso, assume um compromisso com uma educação de qualidade, que tem como objetivo formar homens e mulheres aptos a atuarem de forma consciente na sociedade em que vivem.

Sabemos da importância da participação de todos que fazem parte do cotidiano da nossa escola e, por isso, este documento foi organizado a partir da participação efetiva de toda a comunidade escolar, que, através do preenchimento de um questionário, pôde expressar suas opiniões e seus anseios referentes à nossa instituição, levando-nos a refletir as práticas e as ações necessárias para as adequações do nosso PPP.

Para a construção deste documento, montamos um calendário no qual dividimos a produção em etapas. Inicialmente, realizamos a leitura coletiva do PPP vigente da nossa instituição e, a partir daí, identificamos os pontos que devem constar no documento que será reelaborado. Partindo disso, fizemos uma divisão do roteiro enviado pela equipe responsável da Secretaria de Educação pela construção dos Projetos Políticos-Pedagógicos das escolas do município.

Além dos membros da comissão de reelaboração do documento, contamos com a participação de toda a comunidade escolar (alunos, servidores, pais/responsáveis e membros da comunidade local), que responderam questionários que nos ajudaram a entender o ponto de vista de cada indivíduo acerca da nossa realidade escolar. Portanto, o processo se deu de forma coletiva, atendendo às particularidades da nossa Escola enquanto do Campo, visando implementar as devidas adequações relacionadas à modalidade a qual nossa escola se enquadra.

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

NOME: ESCOLA MUNICIPAL MARIA RITA ALVES DE JESUS

ENDEREÇO: Loteamento Novo Paraíso, S/N, Povoado de Areia.

CEP: 44670-970

MUNICÍPIO: Anguera – Bahia

LOCALIZAÇÃO: Zona Rural

E-MAIL: escolamariarita.anguera@gmail.com

TELEFONE: (75) 98245-7630

CNPJ: 22.830.455/0001-77

CÓDIGO DO INEP/SERIE: 29463475

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO RESOLUÇÃO: Decreto nº 013 de 03 de março de 2015

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS: Ensino Fundamental Anos Finais – 6º ao 9º ano

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR / NÚMERO DE TURMAS / NÚMERO DE ESTUDANTES / CÓDIGO DAS TURMAS

SÉRIE	TURMA	TURNO	QUANTIDADE DE ALUNOS	CÓDIGO DA TURMA
6º ANO	ÚNICA	MATUTINO	19	27778828
7º ANO	ÚNICA	MATUTINO	16	27778830
8º ANO	ÚNICA	MATUTINO	17	27778831
9º ANO	ÚNICA	MATUTINO	16	27778833
6º ANO	ÚNICA	VESPERTINO	12	27778827
7º ANO	ÚNICA	VESPERTINO	18	27778829
8º ANO	ÚNICA	VESPERTINO	09	27778832
9º ANO	ÚNICA	VESPERTINO	12	27778834
6º / 7º ANO (EJA)	ÚNICA	VESPERTINO	11	27778835
TOTAL			130	

QUADRO DE PROFISSIONAIS:

No presente ano (2022), a Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus conta com a colaboração dos seguintes servidores:

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Gilvan Pereira Brito	Diretor	Especialista
Mariane de Jesus Nascimento	Vice-Diretora	Licenciada
Beatriz Souza Almeida	Coordenadora	Licenciada
Antonio Carlos Marques Guerra Junior	Professor	Especialista
Astil Nascimento Araújo de Azevedo	Professora	Licenciada
Carmem Rita da S. Miranda Brasileiro	Professora	Licenciada
Dailsom Costa Santana Vila Flor	Professor	Licenciado
Drucila Cavalcante da Silva Moura	Professora	Especialista
Flávia Santos Azevedo	Professora	Licenciada
José Luis Andrade Vieira	Professor	Mestre
José Raimundo Silva Vasconcelos	Professor	Licenciado
Lenís Almeida da Silva Perez	Professora	Mestre
Marcos Wesley Vitória Brandão	Professor	Licenciado
Manuela Barbosa dos Santos	Professora	Especialista

Priscila de Souza Silva	Professora	Licenciada
Railma da Silva Anunciação	Professora	Mestre
Ravelle Souza de Jesus	Professor	Especialista
Teresa Caroline Costa Vieira	Professora	Licenciada
Welliam Vasconcelos Ferreira Freitas	Professora	Licenciada
Cléria de Jesus Marques	Ag. da sala de leitura	Licenciada
Maise Santiago da Silva	Ag. da sala de leitura	Licenciada
Daniel Borges Pereira	Ag. administrativo	Ensino Médio Completo
Eliziane Lima dos Santos	Digitadora	Ensino Médio Completo
Gerlana Silva Albano	Agente Tecnológico	Ensino Médio Completo
Sidney Mascarenhas de Oliveira	Agente/TI	Ensino Médio Completo
Antônio Conceição Pires	Agente de Portaria	Ensino Fundamental Incompleto
Manoel dos Santos Remédios Cruz	Agente de Portaria	Ensino Fundamental Incompleto
Denaildes Bonfim Abreu	Merendeira	Ensino Médio Completo
Géssica Ferreira Bonfim	Merendeira	Ensino Médio Incompleto
Jamile Ferreira Bonfim	Merendeira	Ensino Médio Incompleto
Luciene Gonçalves Ferreira	Merendeira	Ensino Médio Completo
Vonildes dos Santos Neri	Merendeira	Ensino Fundamental Incompleto
Ana Rita de Jesus Pires	Aux. de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto
Anatália Lopes Lima	Aux. de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto
Ednalva Costa dos Santos	Aux. de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto
Glória Ferreira Araújo	Aux. de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto
Luciene Marques de Araújo	Aux. de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto
Marilene Barbosa Alves	Aux. de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto
Mônica da Silva Cardoso	Aux. de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto
Rogério Boaventura Santos	Jardineiro	Ensino Fundamental Incompleto

1.2 Perfil Identitário

2.2.1 Função social: Missão, Visão e Valores

Sabemos que o sistema educacional brasileiro constantemente enfrenta inúmeras dificuldades e, diante dessa realidade, é necessário que as escolas façam uma reflexão acerca de suas ações e assim identificar sua função social, ou seja, o seu compromisso social para com a nossa comunidade escolar.

Um das funções da Escola é orientar e formar cidadãos aptos a participarem de forma consciente e de maneira atuante na sociedade em que vivem, e, seguindo essa proposta, é importante que os estudantes possam experienciar isso de forma concreta dentro da escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Art. 3º, garante que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”. Partindo do que está proposto no referido documento, a Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus tem como função social: formar cidadãos aptos para atuar na sociedade, seja no mercado de trabalho ou nas relações sociais e interpessoais; instruir os estudantes para a vida, orientando-os sobre questões relacionadas à criminalidade, saúde, cuidado social e pessoal, levando-os a serem pessoas cada vez mais conscientes do seu papel dentro de seu contexto social e familiar, pregando pelo desenvolvimento de sua autonomia enquanto sujeito social que entenda seus direitos e deveres; e garantir o desenvolvimento socioemocional dos estudantes, assim como garante a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Nesse sentido, nossa função não é apenas repassar conteúdo, mas também instruir os estudantes para uma vida longe da criminalidade. Atentos para as questões voltadas para a saúde e cuidados pessoais e sociais dos nossos educandos, temos o compromisso de leva-los a serem pessoas mais conscientes de si e dos seus papéis na sociedade e em seus contextos familiares. Assim sendo, diante das diversas dificuldades encontradas em nossa realidade educacional, faz parte de nossa rotina refletir o papel social da escola, bem como sua missão, visão e seus valores para que, a partir das especificidades da nossa escola, possamos reformular as nossas ações.

Nossa missão enquanto instituição escolar é prestar um serviço educativo de qualidade, com o objetivo de formar cidadãos éticos, críticos e reflexivos, com autonomia

intelectual e com condições de atuar na sociedade no que tange os conflitos do dia a dia, além de garantir que nossos estudantes, moradores da zona rural, tenham acesso ao mesmo conhecimento que têm os estudantes da cidade.

Visamos que nossos estudantes, a partir de um trabalho que envolva toda a comunidade escolar, sejam indivíduos críticos, capazes de construir cultura e conhecimento e, baseados em sua realidade de estudantes do campo, se enxerguem enquanto sujeitos construtores do seu processo de aprendizagem. Uma vez alcançados esses resultados, seremos, conseqüentemente, reconhecidos como uma escola de referência em Educação do Campo, tendo um posicionamento ético e responsável, sendo um destaque positivo no cenário Local e Estadual. Pensando no contexto social da comunidade que nos cerca, almejamos que a instituição seja vista como um lugar propício para o desenvolvimento e a valorização das experiências dos nossos alunos.

Diante do que foi abordado acerca da função social da escola, o Maria Rita prega para nosso público valores que vão além dos muros da escola, valores que deverão ser levados ao longo de toda a vida. Pautam nossos valores: a ética e a moral, o que auxilia nossos estudantes a refletirem sobre as suas ações humanas, classificando-as enquanto certas ou erradas; o respeito, que é a base fundamental para uma boa convivência dentro e fora da escola; a empatia, que é a capacidade de se identificar com o outro e visa o relacionamento interpessoal; a responsabilidade e o comprometimento para que as decisões sejam tomadas com autonomia, exercendo a liberdade de forma adequada; e a solidariedade com o outro, o que contribui para o bem comum.

2.2.2 Características e finalidades

A escola Maria Rita está localizada no povoado de Areia, na Zona Rural do Município de Anguera, às margens da BA 052, popularmente conhecida como Estrada do Feijão. Nas proximidades de Areia, localizam-se duas regiões do município de Anguera com destacável contingente populacional: a fazenda Caraíbas, que engloba as localidades de Paraíso, Fazenda Norma e Bela Vista; e a região envolta do Contorno de Bonfim de Feira, que engloba Chapada, Brejo, Carro Quebrado, Boa Esperança, Candealinho, Malhada Nova, Jenipapo e Cancela Preta.

A maioria dos estudantes atendidos pela escola são de famílias que têm base de sustentabilidade na agricultura familiar. Além disso, existem pequenas vendinhas que

comercializam produtos básicos de consumo, muitas vezes servindo como bares rurais, onde jovens e pessoas das comunidades utilizam como ponto de entretenimento e lazer.

A nossa escola sempre prezou pelo bom relacionamento entre a instituição e a comunidade local e, para isso, mantém as portas sempre abertas para atender da melhor forma possível os moradores da região. Nosso conselho conta com a participação de membros da comunidade local, e a participação deles é de fundamental importância para assim fortalecer e manter a parceria comunidade-escola sempre ativa.

A Gestão administrativa da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus é feita de maneira democrática, na qual a Equipe Gestora, formada por Gilvan Pereira Brito (diretor), Mariane de Jesus Nascimento (Vice-Diretora) e Beatriz Souza Almeida (coordenadora) busca sempre ouvir toda a comunidade escolar (alunos, professores, colaboradores e pais) nas tomadas de decisões. Nossa escola possui um Conselho Escolar cuja existência é importantíssima para o andamento e o bom desempenho da Gestão Administrativa, pois é a partir do diálogo com seus membros que buscamos atender as principais necessidades da escola.

Nossa escola foi construída seguindo os padrões físicos de uma escola do campo. Possui quatro salas de aula, nas quais funcionam turmas dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). No turno matutino, há, atualmente, 67 alunos, e no vespertino, 46. Como foi implantado neste ano uma turma voltada para a educação de Jovens e Adultos, estamos usando uma sala da quadra de esportes da comunidade para a realização das aulas.

Além das salas de aula, nossa escola conta com a existência de uma sala de leitura, uma sala de informática com 10 computadores que são utilizados em diversas atividades pelos professores e onde são ofertados cursos de informática para funcionários da instituição e moradores da comunidade, uma sala de rádio, uma sala dos professores, secretaria, cantina, quatro banheiros para uso dos estudantes e funcionários em geral, um almoxarifado, uma horta onde ocorrem aulas de ciências, matemática e empreendedorismo e que produz itens para serem consumidos na merenda escolar pelos estudantes.

Por estar localizada na zona rural de Anguera, os nossos alunos também são moradores da zona rural, sendo da própria comunidade de Areia e das comunidades próximas. Grande parte desses estudantes são filhos de trabalhadores e trabalhadoras

rurais; muitos desses pais não concluíram seus estudos e, por não quererem o mesmo para os seus filhos, os incentivam a continuarem a estudar, mesmo aqueles que dividem seu tempo entre escola e trabalho para ajudar seus pais.

Por se tratar de uma escola que faz parte da modalidade de Educação do Campo, portanto, temos também como finalidade oferecer uma educação escolar específica associada à produção da vida, do conhecimento e da cultura do campo e desenvolver ações coletivas com a comunidade escolar numa perspectiva de qualificar o processo de ensino e aprendizagem.

Não diferente de outros lugares, os maiores problemas que cercam a comunidade estão relacionados com o crescimento do tráfico de drogas nas regiões circunvizinhas, o que acarreta o aumento dos índices de violência em Areia. Sabemos que, enquanto escola, temos a função de orientar nossos estudantes para os perigos e as consequências relacionadas ao uso de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas, e, para cumprir essa função, são realizadas rodas de conversa e palestras de conscientização em parceria com o Posto de Saúde Familiar (PSF) da comunidade, polícias militar e civil e outros órgãos públicos do município.

2.3 Linha do Tempo: História Institucional

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus foi construída através do Plano de Ação Articulada (PAR), dentro do Compromisso Todos pela Educação, firmado entre o município de Anguera e o Ministério da Educação.

O município de Anguera, por meio da Secretaria Municipal de Educação, apresentou ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a demanda da necessidade de uma escola no Povoado de Areia para atender às Séries Finais do Ensino Fundamental. Após análise, a proposta foi aprovada, havendo a validação do Termo de Compromisso PAR Nº 7486/2013, no qual a escola seria construída com recursos na ordem de R\$ 842.631,54 transferidos pelo FNDE para o município de Anguera.

A obra foi realizada pela empresa Serra Preta Engenharia LTDA, vencedora de processo licitatório. A construção ocorreu entre o segundo semestre do ano de 2013 e o mês de novembro do ano de 2014. A fiscalização da obra foi de responsabilidade do

engenheiro civil Ricardo Leite Santos (CREA-BA 20.450), contratado pela Prefeitura Municipal.

A área de construção da escola foi adquirida pela Prefeitura Municipal, no ano de 2010, visando edificações públicas, vendida pela senhora Maria da Conceição Souza Carneiro, proprietária da terra localizada na zona rural, originalmente denominado Novo Paraíso. Nas proximidades havia a Caixa D'Água que armazena água fornecida para o Povoado de Areia e pequeno número de casas residenciais num loteamento em formação, numa rua direta. Posteriormente, iniciou-se a construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e uma Praça de Entretenimento, cuja área de frente da escola fica voltada para a referida praça.

Entre os meses de dezembro de 2014 e fevereiro de 2015, a Secretaria Municipal de Educação adotou providências no sentido de criar o paisagismo da área livre da escola, aquisição de mobiliário e utensílios, bem como preparação da documentação necessária para criação da escola.

A denominação de Maria Rita Alves de Jesus foi proposta pelo Prefeito Mauro Selmo Oliveira Vieira. No dia 22 de janeiro de 2015, o nome foi colocado à apreciação da comunidade, numa reunião para tal fim que ocorreu no próprio prédio, aprovado pelos presentes. Tratou-se da primeira professora na história do Povoado de Areia.

Maria Rita Alves de Jesus nasceu no dia 28 de setembro de 1947, na Fazenda Santa Rita, distrito de Jaguará, município de Feira de Santana, filha do senhor Galdino Camilo Alves e da senhora Clara Araújo Barbosa. Aos 10 anos de idade, Maria Rita mudou-se para a Fazenda Pedra D'água, também situada em Jaguará e morou nesta localidade por um período aproximado de três anos. Mudou-se para a Fazenda Boa Esperança, situada no município de Anguera e, em 1963, passou a residir definitivamente na Fazenda Areia, município de Anguera, que depois passou a condição de Povoado.

As constantes mudanças ocorriam por causa do seu pai, Galdino Camilo Alves, que era comerciante e alugava pequenas propriedades para expandir seu trabalho. Na localidade de Areia, o senhor Galdino adquiriu uma propriedade fixa para residir com sua família.

Na convivência familiar, Maria Rita viveu dificuldades: seu esposo Antonio de Jesus adoeceu e ela passou a trabalhar para sustentar a família. No governo do Prefeito

Wood Mendes Vieira, entre os anos de 1976 e 1982, Maria Rita passou a trabalhar como Professora, exercendo sua prática docente em uma escola improvisada numa pequena casa de taipa com apenas um compartimento. Destacou-se por ser uma professora dedicada, comprometida, amada e respeitada pela comunidade. Com o passar dos anos, o número de alunos aumentou e o espaço se tornou insuficiente.

Observando a dedicação da filha como professora, o senhor Galdino Camilo Alves resolveu doar uma área de terra à Prefeitura Municipal para a construção de um prédio escolar. O prédio foi construído e denominado Escola Orlando Carneiro, no ano de 1984.

Mesmo exercendo a função de professora, Maria Rita não abandonou seu trabalho na lavoura, atividade na qual contava com a ajuda dos filhos, e, para complementar a renda da família, ela também atuava como costureira. De forma solidária, ela aplicava injeções nas pessoas que a procuravam na comunidade — algumas vezes, era recompensada pelas famílias que possuíam um poder aquisitivo maior.

No ano de 2005, a senhora Maria Rita foi internada no Hospital Santa Isabel, em Salvador, para um exame de cateterismo, e, a partir de então, sua vida passou a ser marcada por comprometimentos da sua saúde, com diagnósticos de hipertensão e diabetes. Faleceu no dia 11 de fevereiro de 2013, vítima de um infarto fulminante, gerando grande comoção e tristeza para a família e para a comunidade de Areia, onde, em vida, destacou-se pela solidariedade, amizade e liderança.

A escola foi criada através do Decreto Municipal nº 03 de 03 de fevereiro de 2015, para inicialmente atender alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Sua inauguração ocorreu no dia 08 de março do mesmo ano com uma solenidade pública e uma bela comemoração na comunidade.

Desde a sua criação, a unidade escolar mantém a sua estrutura original, com quatro salas de aula, cinco banheiros para uso dos estudantes, professores e funcionários, secretaria, sala dos professores, sala de rádio, cozinha, laboratório de informática, sala de leitura e, no centro da escola, há um palco onde acontecem os principais eventos pedagógicos e recreativos programados pela equipe gestora.

O espaço ainda conta com uma horta, na qual são cultivados os alimentos para uso na merenda escolar dos alunos e para realizações de aulas práticas. Possui

também um campo de futebol de areia usado para recreação durante o intervalo e para aulas práticas de Educação Física.

Durante sua existência, alguns projetos pedagógicos e sociais foram executados em nossa unidade escolar. Entre eles, podemos citar a Gincana de Geometria, Feira de Saúde, Consciência Negra e Mandioca: Raízes do Brasil. Além desses citados, foram oferecidos para a comunidade cursos de informática básica, Dia de Ação Social, com ofertas de serviços de saúde como fisioterapia, nutricionista, dentista, atualização de caderneta de vacina, aferição de pressão e acompanhamento de glicemia. Nessa ação, os membros da comunidade também puderam fazer documentos de Identidade e cortes de cabelo.

Além dos projetos realizados pela própria instituição, a escola também participou dos projetos criados pela Secretaria Municipal de Educação e Ministério da Educação como Concurso de Redação, Feira do Conhecimento, Mais Educação, Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) e, atualmente, foi contemplada pelo Brasil na Escola, o qual oferece reforço das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática para alguns dos nossos estudantes.

Atualmente, a escola implementou a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para atender membros do Povoado de Areia que, por diversos motivos, não concluíram o Ensino Fundamental. Inicialmente, ofertamos turmas de 6º e 7º ano no turno vespertino, e o objetivo é de que no próximo ano sejam incluídas as turmas de 8º e 9º ano.

2.4 Diagnóstico Atual

2.4.1 Avaliação Institucional

A Avaliação institucional é um instrumento que colabora para a análise e reflexão das práticas exercidas e vivenciadas na escola, sejam elas pedagógicas ou administrativas. A partir dela, é possível fornecer subsídios e criar novos meios de aperfeiçoar a qualidade do ensino ofertado em nossa escola. Segundo Luckesi (1994), é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino-aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho.

A Escola Maria Rita entende que a avaliação institucional deve ocorrer de forma democrática, contando com a participação de todos os membros da comunidade escolar

(estudantes e seus familiares, professores e servidores), pois são eles quem vivenciam cotidianamente a realidade escolar, podendo intervir efetivamente expondo suas opiniões e sugestões sobre a escola.

É necessário que toda a comunidade escolar enxergue a avaliação institucional como um importante meio para a solução de problemas que envolvem a escola como um todo e participem ativamente de todo o processo, pois é a partir de suas observações que serão implementadas as mudanças necessárias na instituição.

De acordo com Oliveira (2004, p. 21):

A avaliação institucional constitui-se como um processo sistemático de discussão permanente sobre as práticas vivenciadas na escola, intrínseco à construção da sua autonomia, já que fornece subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade do seu trabalho. Essa autonomia não desvincula a escola das demais instâncias do sistema, uma vez que a avaliação institucional articula as avaliações, possibilitando uma leitura da totalidade das instituições e do sistema.

Seguindo esse pensamento, entendemos que essa autonomia conquistada pela escola por meio das avaliações institucionais não desvincula a nossa unidade das demais instâncias educacionais e suas respectivas avaliações e traça um diagnóstico total dos processos que envolvem a escola, para, assim, planejar um novo modelo de organização pautados na democratização e melhor qualidade de ensino.

A avaliação institucional está pautada em dois pontos: avaliação interna e externa. A avaliação interna realizada pela Escola Maria Rita está detalhada em nosso plano de ação e foi realizada por meio de reuniões a cada trimestre com os membros de toda a comunidade escolar, visando uma análise das práticas realizadas pela gestão e pelos profissionais da escola — a partir do que foi exposto nessas reuniões, são elencadas as ações que devem ser modificadas.

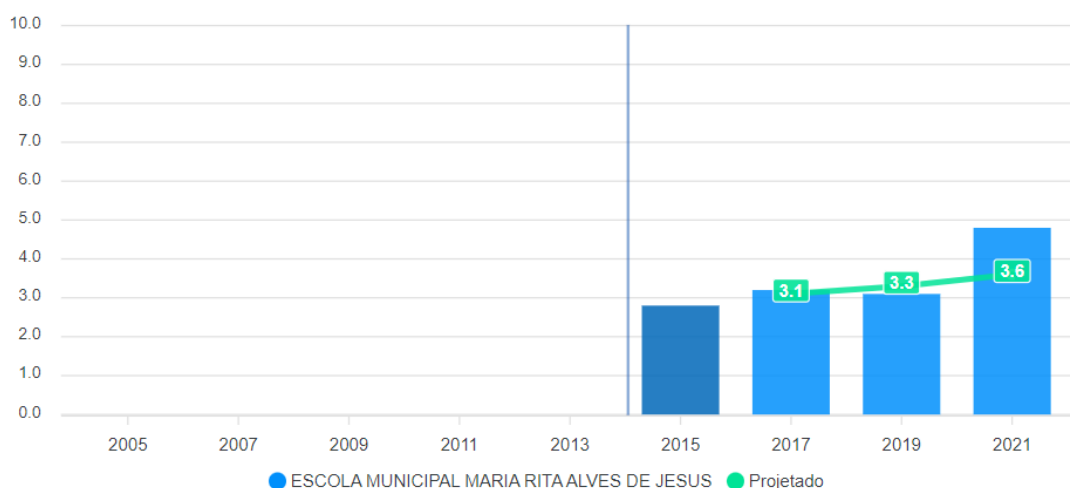
A avaliação externa é realizada periodicamente por órgãos externos, a exemplo do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que tem como objetivo avaliar os níveis de aprendizagem e, a partir dos seus resultados, subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. No contexto municipal, a Secretaria de Educação promovia o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação (SIGA).

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, na última avaliação do SAEB realizada em 2019, alcançou a pontuação de 3,92 no indicador de aprendizagem que

reflete as notas padronizadas de Matemática e Língua Portuguesa, obtendo uma taxa de aprovação de 0,8 o que demonstra que de 100 alunos, 20 não foram aprovados, com isso totalizou uma pontuação de 3,1 no Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Em 2021, apesar de ter sido um ano atípico devido à ocorrência da pandemia do COVID-19, nossa escola alcançou a pontuação de 4,8 no IDEB, atingindo a média de 239,03 de proficiência em Língua portuguesa e 246,15 em Matemática. Com base no gráfico de evolução do IDEB dos últimos anos, com exceção do ano de 2019, conseguimos superar o índice projetado para a nossa instituição, porém sabemos que ainda é um índice muito baixo e estamos montando estratégias para superar esse último resultado levando os alunos a terem um maior desempenho.

Evolução do IDEB



Fonte: IDEB 2021, INEP.

	2015	2017	2019	2021
Projetado	-	3,1	3,3	3,6
Alcançado	2,8	3,2	3,1	4,8

De acordo com o QEdU, que apresenta informações relacionadas a escola no que diz respeito a taxa de rendimento por etapa escolar, taxa de distorções idade-série, cerca de 43,1% dos nossos alunos estão com atraso escolar de dois anos ou mais, isso com base nos dados referentes ao ano de 2021. Nos últimos dois anos, devido à pandemia, não tivemos índices de reprovação e de evasão escolar.

Diante dos dados apresentados, uma das metas presentes no plano de ação da nossa escola é trabalhar promovendo ações que visam a melhoria nos índices educacionais e, assim, conseguir uma melhor colocação no cenário educacional.

1. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

3.1 Conceção Institucional de Ser Humano, sociedade e cultura;

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus compreende que o ser humano é livre para fazer suas escolhas e ações e construir seu próprio caminho tendo sua liberdade de expressão. O ser humano é percebido, então, como sujeito que possui capacidade para conhecer e estudar a realidade e adquirir conhecimentos sobre o mundo que os cercam.

No que se refere à concepção de ser humano, Gramsci (1979, p. 8) afirma que:

Não existe atividade humana da qual possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens. Em suma, todo homem, fora da sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim, para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. [...] A maneira de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, este estimulante exterior e superficial de sentimentos e paixões, mas numa intervenção ativa na vida prática, como construtor e organizador com contínua força de convicção e não como orador simplesmente – no entanto superior ao espírito matemático abstrato; baseando-se no trabalho-técnico ele conseguiu chegar à ciência técnica e a concepção humanística histórica, sem o qual se permanece “especialista” e não um líder (especialista político).

Sendo assim, a escola entende que o ser humano é um sujeito transformador da sociedade e que está em constante transformação e evolução, logo a postura da escola quanto aos seres humanos que pretende formar é a de preparar o aluno como sujeito atuante na sociedade, para que ele possa contribuir na transformação social.

Outro fator importante é preparar os alunos para a valorização e para a sustentabilidade da vida no campo. A escola tem o propósito de proporcionar a motivação, o pertencimento e a valorização do local de vivência do aluno através do relacionamento afetivo, da confiança e do respeito entre todos os indivíduos que compõem o corpo escolar.

A escola pretende, também, proporcionar uma boa relação entre os alunos e a comunidade, a fim de formar estudantes conscientes, capazes de se colocarem no

mundo com o devido desenvolvimento das habilidades argumentativas e dialógicas. Desse modo, é de suma importância estabelecer vínculos entre as comunidades interna e externa a fim de compreender as relações existentes no processo de formação de identidade dos educandos.

Temos também o compromisso para que haja uma boa relação e participação da família, não apenas nos momentos burocráticos como, por exemplo, nas entregas dos boletins ou quando houver algum tipo de problema; almejamos, mais do que isso, que a família participe de forma ativa e colaborativa no que concerne ao desenvolvimento integral dos alunos dos educandos.

A escola almeja garantir ao aluno as competências e habilidades previstas para o Ensino Fundamental Anos Finais, proporcionando-lhes o ingresso no Ensino Médio dotados dos conhecimentos pré-estabelecidos pela BNCC.

A ideia de sociedade está inserida no Projeto Político e Pedagógico da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus como grupo de pessoas que apresentam determinadas características como atitudes, opiniões e comportamentos.

De acordo com Libâneo (2015, p. 22):

" [...] a responsabilidade social da escola e dos professores é muito grande, pois cabe-lhes escolher qual concepção de vida e de sociedade deve ser trazida à consideração dos alunos e quais conteúdos e métodos lhes propiciam o domínio dos conhecimentos e a capacidade de raciocínios necessários à compreensão da realidade social e à atividade prática na profissão, na política, nos movimentos sociais.

Embasado nisso, a escola tem o papel fundamental na transformação social e possibilita a participação e integração de todos para garantir a aprendizagem e formar o aluno com senso crítico, reflexivo, autônomo e conscientes de seus deveres. A concepção de cidadania no PPP da escola Maria Rita é fundamentada no compromisso de colaborar na formação de cidadãos com senso crítico para atuar e tornar a sociedade mais democrática. A incumbência da escola é contribuir para a construção de valores e princípios, promover ações de reflexões para colaborar na construção humana e no exercício da cidadania de todos os educandos.

A escola Maria Rita entende cultura como o processo de relação existente entre indivíduos, grupos e sociedades. Cada sociedade humana tem a sua própria cultura e costumes. Os indivíduos presentes na escola fazem parte de um grupo social: tratam-se de alunos que vivem no espaço rural e ajudam os seus familiares na agricultura. Para

Pérez (1999), a escola é um local para a construção e reconstrução da cultura, um lugar de mediação de desenvolvimento humano das novas gerações.

Nesse sentido, nossa escola criou um Projeto Horta na Escola, buscando agregar os conhecimentos de mundo dos educandos aos saberes científicos abordados na sala de aula. A escola também buscou desenvolver um trabalho sobre as raízes culturais, riquezas e saberes dos moradores da Zona Rural de Anguera, através do Projeto Raízes de Nossa Terra, onde acreditou ser uma ótima oportunidade para que os alunos pudessem perceber os aspectos sociais da região.

O objetivo geral desse projeto foi trabalhar a identidade e a memória do homem do campo, de modo a fomentar nos alunos o interesse por troca de saberes entre escola e comunidade rural, criando um vínculo que pertença ao lugar e ao grupo social no qual estão inseridos, revelando as lutas, culturas, histórias e estórias da comunidade rural anguerense. Para facilitar a realização do referido projeto na Escola Maria Rita Alves de Jesus, este foi dividido por Componente Curricular, e cada professor, dentro do seu planejamento, desenvolveu atividades e ações relacionadas ao Projeto Raízes da Nossa Terra, apesar desta divisão, não deixamos de lado a interdisciplinaridade.

Esse projeto foi dividido em subitens por turma: 6º Ano: Tradições Populares; 7º Ano: As vivências e Aprendizagens do Espaço Rural; 8º Ano: Personalidades Nordestinas e o 9º Ano: Cangaço. Os professores trabalharam nos seus respectivos componentes curriculares estabelecendo relações interdisciplinares entre os diversos aspectos geográficos, históricos, culturais e linguísticos que envolvem o meio rural.

A escola Maria Rita é um espaço vivo e está aberta a diálogos e debates sobre a cultura e a diversidade humana, busca a interação da equipe escolar e da comunidade que participa ativamente de diversos assuntos do contexto escolar, com a finalidade de contribuir também para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, dando suporte e oportunidade de interação com os alunos e a comunidade local, colocando em prática os conhecimentos adquiridos.

A escola Maria Rita tem a incumbência de valorizar as manifestações culturais e suas tradições locais de modo a respeitar a tradição do saber popular relacionando com o saber científico, visa também respeitar as experiências de vida do aluno e sua identidade cultural. A nossa escola valoriza as manifestações culturais locais para dar sentido aos saberes científicos através de diversos eventos, apresentações, projetos,

planejamentos e diferentes ações como festas juninas que são promovidos pela escola e promovem a valorização da identidade dos seus alunos, suas vivências e saberes populares, respeitando as suas diversidades culturais e seus valores.

A escola atende filhos de agricultores que, na maioria das vezes, trabalham no turno oposto para ajudar seus pais nas plantações, mas a escola pretende futuramente mudar o calendário letivo para que tenha um período que seja propício ao tempo de colheitas. Pretende-se ter um calendário flexível, de modo a adequar a necessidade dos alunos.

3.1.1 Concepção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino;

A construção da educação integral pode se dar a partir dos interesses dos indivíduos da construção do conhecimento, das suas experiências e de suas maneiras de participação. A concepção de educação integral, de acordo com a BNCC (2018, p. 14):

[...] a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades.

Essas concepções estão articuladas aos pressupostos contemplados nos referencias curriculares DCRB e DCRM, compreende a educação integral como a escola de tempo completo e de formação humana. A nossa escola tem o compromisso de seguir a concepção da educação integral e contribuir com o processo de ensino e aprendizagem, visando respeitar as diversidades culturais e sociais.

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus acredita que o conhecimento de cada componente curricular é essencial para elencar os saberes e curiosidades dos alunos, podendo contemplar todas as dimensões do sujeito com dimensões intelectual, física, social e cultural. Sendo assim, os alunos vão produzir conhecimento, autonomia e desenvolver todos os aspectos sociais, históricos, físicos e emocionais. A nossa escola tem o intuito de contribuir na formação de seus estudantes, adequando-se a políticas e práticas inclusivas para superar as desigualdades.

A educação integral visa promover a equidade, pois vai reconhecer os direitos de todos os cidadãos de aprender a acessar as oportunidades educativas diferenciadas. A

concepção de educação integral vai se apoiar na centralidade do estudante, na qual o planejamento deve ser pensado a partir dos interesses dos alunos, na aprendizagem em que o aluno é o protagonista.

Infelizmente, a escola ainda é um espaço da reprodução de desigualdades e exclusão, uma vez que existem situações cotidianas como o preconceito e o bullying, porém visamos uma escola que busque harmonia em seu meio, que articule os saberes locais, a escuta dos alunos, o diálogo com toda a comunidade e o respeito e a valorização das diversidades.

Desta forma, temos uma das missões do nosso trabalho educacional reside na construção de vínculos capazes de promover a boa convivência social, promover a parceria com outros espaços, na formação humana de seus alunos, visando a educação integral e sua totalidade.

3.1.2 Concepção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho;

A escola Municipal Maria Rita Aves de Jesus compreende como ciência o conhecimento baseado nos saberes científicos e sua constante transformação no processo de ensino e aprendizagem. Segundo Pires (1996), o conceito de ciência está relacionado a sabedoria e conhecimento obtidos por meio da observação e da aplicação de técnicas experimentais a um determinado objeto de estudo.

Nossa escola relaciona os saberes populares locais com os saberes científicos através dos relatos de vivências dos alunos em diálogos na sala de aula e os professores fazem conexões entre os saberes e as vezes quando possível utilizam explicações científicas para compreensão dos conhecimentos populares.

A escola valoriza o contexto histórico e social dos alunos e a sua realidade local. Sobre os saberes populares e o ensino houve um projeto na escola Maria Rita e esse projeto teve culminância na Feira do Conhecimento, onde foi apresentado pelos alunos das turmas do 6º e 9º ano juntamente com os professores.

O produto final desse projeto foi a construção de um artigo sobre o Processo de Secagem de Ervas Medicinais e a Produção do Tempero Natural produzidos pelos alunos da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus do povoado de Areia no município de Anguera-BA, onde visou o conhecimento e aproveitamento das plantas medicinais para a secagem e o reaproveitamento para consumo em chás e a produção de temperos

para serem utilizados na culinária, tendo como finalidade a importância e conhecimento popular atrelado ao conhecimento científico valorizando assim, a cultura local dessa região.

Este artigo fundamentou-se na necessidade de valorização dos estudos sobre o processo de secagem de ervas medicinais e a produção do tempero natural para serem inseridos nos cardápios culinários do cotidiano. Os objetivos desse artigo foi incentivar o uso de plantas medicinais e a produção artesanal de temperos naturais no cotidiano das pessoas; relacionar o conhecimento popular sobre plantas medicinais com o conhecimento científico. Os conhecimentos científicos que foram exigidos pela escola, foi a leitura e a escrita, onde proporcionou aos alunos a reflexão sobre o conhecimento da pesquisa científica e a sua relação com os saberes populares.

A escola entende que a tecnologia é de suma importância para o processo de ensino e aprendizagem, pois através da utilização dos recursos tecnológicos facilitará o engajamento dos alunos durante as aulas. A escola insere a tecnologia digital como aliada do processo ensino e aprendizagem, fundamentando-se na Base Nacional Comum Curricular (2018, p. 58), quando aborda a competência geral:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Os docentes trabalham no sentido de desenvolver essa competência, focando no preparo do aluno, onde oferecem em suas aulas o uso de ferramentas tecnológicas para dinamizar através das metodologias usadas, fazendo com que os alunos tenham mais interesse e que seja protagonista do estudo.

A escola Maria Rita oferece um laboratório de informática que funciona de segunda a sexta para que os alunos possam acessar, assistir as aulas gravadas, fazer pesquisas e diversos trabalhos. A escola conta também com uma sala de áudio visual, onde tem uma TV, onde os professores podem conectar o pendrive ou até mesmo o celular, os alunos podem assistir filmes, dentre outros.

A nossa escola tem um projeto que é a criação de um aplicativo de jogos interativos – MRJOGOS, esse aplicativo é em formato APK e vai ser utilizado através link de download que serão disponibilizados para que os alunos possam baixar no celular android ou pelo navegador de internet. Todos os alunos da escola poderão

utilizar, onde escolherá a série que cursa e assim iniciará o jogo, os professores vão elaborar as atividades, e essas atividades serão transformadas em jogos interativos de acordo com cada componente curricular.

O aplicativo ainda está em fase teste, para a utilização do mesmo precisa do uso da internet, o objetivo é deixar ele off-line para que os alunos possam utilizar em casa sem o uso da internet e que os alunos possam também participar na criação e na execução do aplicativo, os professores terão acesso a quantidade de acertos e erros, o aluno saberá o tempo gasto para cada atividade realizada.

De acordo com Moran (2007, p. 164):

As tecnologias são pontes que abrem a sala de aula para o mundo, que representam, medeiam o nosso conhecimento do mundo. São diferentes formas de representação da realidade, de forma mais abstrata ou concreta, mais estática ou dinâmica, mais linear ou paralela, mas todas elas, combinadas, integradas, possibilitam uma melhor apreensão da realidade e o desenvolvimento de todas as potencialidades do educando, dos diferentes tipos de inteligência, habilidades e atitudes.

A tecnologia é uma ferramenta de suma importância para ser utilizada em sala de aula, as TIC's (Tecnologia de Informação e Comunicação), assim como as TDIC's (Tecnologia Digital da Informação e Comunicação) representam diferentes mídias e são excelentes ferramentas, diferenciando-se pela presença das tecnologias digitais que podem ser utilizadas no ambiente escolar, contribuindo para que o aluno seja protagonista do conhecimento.

Sendo assim, tornar-se evidente para a Escola Maria Rita que a utilização das tecnologias digitais nas aulas é um direito do aluno e do professor e que deve ser exercida nos espaços escolares para que o processo de ensino-aprendizagem mais significativo, seja para o docente ou para o aluno. A exemplo disso, tivemos o período da pandemia no qual as aulas eram virtuais com o uso de celulares, onde os professores enviavam as atividades para os alunos por meio do WhatsApp.

A escola Maria Rita entende o mundo de trabalho com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/1996 – constitui que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, tendo em vista ao pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. De acordo com essa lei é necessário a relação existente entre a educação e o trabalho, envolvida na preparação para o mercado de trabalho que deve ser estabelecida em dois níveis escolares a Educação Básica e a Educação Superior.

A escola relaciona a educação à preparação para o trabalho através da leitura e escrita, pois com o domínio da leitura e escrita terão melhores resultados no trabalho. Os professores realizam debates sobre o cotidiano dos alunos, por meio de relatos de experiências de ex alunos da escola Maria Rita que conquistou um futuro profissional, acontece também palestras que envolve o Projeto Ação Juventude para dar incentivo aos alunos a alcançar o sucesso através dos estudos. Diante disso a EMRAJ tem o compromisso de propor mecanismos ao estudante para ele seja capaz de escolher seus caminhos na vida, ou seja, de realizar o seu projeto de vida.

Para Marx (2001, p.116), “o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva, é o único meio que satisfaz uma necessidade primeira, a de manter a existência física. A vida produtiva do ser humano então é, inicialmente, a própria criação da vida”. Corroborando com o autor a Escola Maria Rita entende que o trabalho é uma atividade vital para toda a equipe escolar, sendo fundamental para todos os aspectos da vida. Sendo assim a escola prima por relações de trabalho, harmoniosa, com respeito e que seja humanizada.

A escola pode garantir no currículo a valorização do território de identidade no qual o aluno está inserido, respeitar as diferenças e as diversidades culturais, promover a igualdade e proporcionar ao aluno a oportunidade de realizar debates sobre essas temáticas envolvendo os alunos e suas potencialidades.

3.2 Concepção de Currículo

A Escola Maria Rita entende que os alunos devem garantir os seus direitos e que a escola possa permitir debates envolvendo os educandos e os educadores sobre as experiências vivenciadas no seu cotidiano e conhecimentos prévios, assim possibilitará ampliar o currículo e a construção da identidade local na qual a escola está inserida. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (2018, p. 38):

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

O desenvolvimento de habilidades socioemocionais do aluno podem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem para ajudar a superar os desafios diários, como a comunicação, o pensamento crítico, proatividade, perseverança, criatividade e colaboração.

O currículo é uma ferramenta que proporciona as experiências dos saberes escolares, visando o conhecimento. A concepção de currículo segundo, Sacristán (2000) pode ser constituído como experiências de aprendizagem que os alunos ganham e garantir a continuação das mesmas e deliberar uma série de desenvolvimento composto para o conhecimento sistematizado.

Sendo assim, a Escola Maria Rita entende que o currículo é de suma importância para as práticas existentes no contexto escolar, pois articula saberes experiências que fazem parte do patrimônio cultural, artístico e tecnológico e científicos que são aliadas as práticas pedagógicas existentes no ambiente escolar, promovendo assim o desenvolvimento integral dos alunos.

3.4.1 Fundamentos do Currículo;

É de suma relevância para a Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus entender o papel da escola na formação dos sujeitos que estão inseridos e os seus direitos. De acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, estabelece que:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;*
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;*
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;*
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.*

Essa lei é fundamentada na perspectiva de valorização, participação e formação integral do aluno no seu desenvolvimento social e cultural atrelando os valores, atitudes e tolerância dentro do ambiente educacional para aprender a conviver com o outro. Para entender os fundamentos do Currículo, Sacristán (2000, p. 44), aborda que:

O currículo é parte inerente da estrutura do sistema educativo, aparato que se sustenta em tomo de uma distribuição e especialização dos conteúdos através de cursos, níveis e modalidades do mesmo. Se o currículo expressa as finalidades da educação escolarizada e estas se diversificam nos diferentes níveis do sistema escolar e nas diversas especialidades que estabelece para um mesmo patamar de idade a regulação do currículo é inerente à do sistema escolar.

Sendo assim, concebemos o currículo escolar como um instrumento muito importante, visando a construção social dos sujeitos que são os alunos, apropriando-se de valores que proporciona a boa convivência em sociedade.

Na perspectiva de compreensão do coletivo os fundamentos que permeiam as ações pedagógicas são de ordem filosófica, política, econômica, cultural, social e pedagógica. As atividades didáticas devem ser planejadas seguindo com os níveis de ensino da língua escrita e a diversidade de atividades pedagógicas propostas em sala de aula devem ser apresentadas aos alunos de modo coeso e organizado. Podendo assim, garantir o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos e deste modo alcançará finalidades específicas.

3.4.2 Princípios do Currículo

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Lei 9.394/96 no artigo 3º, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;*
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;*
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;*
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;* *VII – valorização do profissional da educação escolar;*
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;*
- IX – garantia de padrão de qualidade;*
- X – valorização da experiência extraescolar;*
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;* *XII – consideração com a diversidade étnico-racial;*
- XIII – garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.*
- XIV – respeito à diversidade humana, linguística e cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.*

Logo, a LDBEN aborda nesses princípios que toda pessoa tem os mesmos direitos de ingressar na escola e ter a liberdade de aprender ao longo de toda a vida e compartilhar seus conhecimentos e garantia de diversidade de ideias. A Municipal Maria Rita Alves de Jesus corrobora com esses princípios na concepção de educação e o pleno desenvolvimento do educando.

Os valores humanos que permeiam o cotidiano escolar, são as abordagens feitas pelos educandos sobre temas como: pluralidade cultural, o respeito as diversidades culturais, etnias, religiões, a liberdade de expressão, as suas origens, dentre outros. Levando em consideração também os conceitos centrais de territorialidade, educação integral, diversidade, autonomia e ética.

O Documento Curricular Referencial Municipal (2022, p.113) do Município de Anguera, configura o modelo de avaliação como:

O formato sistêmico adotado para a avaliação da aprendizagem, desenvolvido de maneira processual, do 2º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental, considera a divisão do ano escolar em três etapas letivas. Em cada etapa, para cada componente curricular, sugere-se a aplicação de instrumentos de avaliação durante o processo formativo, cujo somatório apresenta valor de até dez (10) pontos. Nesse bojo, orienta-se também a observação sobre os critérios qualitativos e as competências socioemocionais em desenvolvimento por cada aluno.

Levando em consideração a abordagem acima, a Escola Maria Rita está adotando o ensino se fundamentado nos documentos que é o Plano de Curso dos professores e ao DCRM do município. A orientação da formação humana na perspectiva da integridade é garantir a formação de cidadãos críticos, participativos, criativos e responsáveis no processo de ensino e aprendizagem e buscar desenvolver nos indivíduos aptidões e habilidades e competências consideradas fundamentais na formação integral dos alunos.

3.5 Concepção de Gestão Democrática

Acreditamos que a participação coletiva nas decisões é de suma importância e constantemente buscamos manter o diálogo com todos os integrantes da comunidade escolar, buscando garantir que as mais diferentes opiniões sejam ouvidas, e assim assegurar o melhor para o desenvolvimento educacional dos nossos estudantes.

De acordo com Paro (1997, p. 12):

Na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola – educadores, alunos, funcionários e pais – nas decisões sobre seus objetivos e seu funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e de recursos.

Desse modo, adotamos como concepção de gestão a chamada “Gestão Democrática”, ou seja, acolhemos a participação dos membros que compõem a nossa unidade escolar (professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais colaboradores) no processo de tomada de algumas decisões que cabem ao coletivo. E sendo assim, o ponto de partida para caminhar para a democratização da escola é buscar o conhecimento crítico da realidade na qual ela se insere, para superar os desafios que a mesma esteja passando.

Com base nos princípios da escola, da rede e nos demais documentos referenciais (DCRM, DCRB e LDB), seguimos o mesmo fluxo de participação no processo de

elaboração do nosso Projeto Político-Pedagógico, de forma democrática e por meio da participação de todos os segmentos que compõem a nossa comunidade escola (equipe gestora, docentes, colaboradores, discentes e pais) através da construção de diálogos articulados ao longo das nossas vivências educacionais e através da aplicação dos questionários produzidos pela equipe local.

Desse modo, nossa escola atua em consonância com as prescrições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/96), que definem o seguinte:

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Assim, podemos afirmar que a escola Maria Rita Alves de Jesus garante a efetivação do que consta na Lei de Diretrizes e Bases. Além disso, nossa escola possui um Conselho Escolar que conta com a participação dos professores, alunos, pais e membros da comunidade na qual a escola está inserida. Possui também uma comissão disciplinar formada por um professor, um funcionário administrativo da secretaria e um funcionário de apoio, que tem como objetivo buscar melhor solução para possíveis ocorrências, envolvendo os estudantes no interior da escola.

Nesse sentido, Fortuna (2010, p. 19) defende que a gestão democrática deve promover:

Transparência das informações, dos controles e das avaliações; debate e votação das decisões coletivas; normas de gestão regulamentadas e/ou legitimadas pela maioria; coerência da gestão com o processo democrático mais amplo da sociedade; e, vigilância e controle da efetividade das ações.

Não possuímos a formação de Grêmios Estudantis, contudo a escola faz parte do Projeto Ação Juventude criado pela Secretaria de Municipal de Educação, que entre suas atividades conta com um subprojeto de líderes de classe, o qual tem como objetivo facilitar o diálogo entre estudantes, professores, gestão e Secretaria de Educação

3.3 Princípios Orientadores da Prática Pedagógica

3.6.1 A pesquisa como Princípio Pedagógico

A pesquisa como princípio pedagógico é contemplado nos documentos referenciais curriculares no DCRM e DCRB, quando se trata de temas como Cultura

Digital, Projeto de Vida, na elaboração de projetos e nos diálogos e discussões entre o educador e o educando buscando uma solução para os problemas que envolvem o contexto social, cultural, econômico e político, dentre outros.

O papel da pesquisa na formação dos estudantes como protagonista é tornar o aluno como sendo o agente principal da sua aprendizagem da sua identidade pessoal e coletiva, um aluno pesquisador que busca explorar pesquisas, onde ele é sujeito de sua própria história. A ação de pesquisa pode contribuir para qualificar o ensino-aprendizagem, através da ação de pesquisar o aluno tem a possibilidade de desvendar e conhecer um mundo, coisas diferentes. Desperta também o interesse pela leitura e escrita e da argumentação.

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, considera a Leitura como sendo elemento fundamental para a formação de estudantes críticos, protagonistas e pensantes. A escola nesse ano de 2022 está desenvolvendo um Projeto de Leitura: “LITERATURA SEM FRONTEIRAS, UMA VIAJEM SEM FIM”, esse projeto abrange todas as áreas de conhecimentos Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ensino Religioso.

Tendo como objetivo geral promover o incentivo da Leitura dentro e fora do ambiente escolar, visando auxiliar o estudante nas leituras possíveis do mundo em que está inserido e os objetivos específicos: Ler e interpretar diferentes tipos de texto e em diferentes contextos de aprendizagem; Compreender diferentes tipos de linguagem aplicados a diversos contextos e suas implicações no meio social; Construir e reescrever textos diversos como opções de Leitura para a comunidade escolar.

A pesquisa pode ser uma ferramenta de construção de conhecimentos e informações para que os alunos se reconheçam como sujeitos de direitos em dimensões territoriais, individuais, sociais, políticas, econômicas e culturais. Para Freire (1997), os sujeitos são seres reflexivos, críticos, em constante atuação com o mundo e nos espaços de formação.

As experiências estando em conformidade e sendo postas em prática com um bom planejamento e diálogo envolvendo os saberes e conhecimentos já adquiridos, poderá assim consolidar os objetivos, a missão e os valores que orientam o PPP e o trabalho educativo da escola.

3.6.2 O Trabalho como Princípio Educativo

É de fundamental importância entender as concepções de trabalho como princípio educativo nas práticas pedagógicas. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, nº 9394/96:

Art. 2ª A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com esses Princípios e Fins da Educação Nacional, verifica-se que a educação escolar está associada a preparar o aluno para o mercado de trabalho, a convivência social e para assumir o exercício da cidadania. A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus se fundamenta nessa lei e assegura aos estudantes o preparo para formação integral e plena do ser humano.

O percurso formativo escolar pode orientar a construção de projetos de vida, a inserção no mundo do trabalho e a formação para a cidadania, conforme posto no Documento Curricular Referencial Municipal (2022, p. 66):

[...] torna-se importante a escola oferecer ferramentas e recursos que auxiliem os estudantes a entenderem que suas aspirações podem ser transformadas em objetivos concretos. Associando essa reflexão ao desenvolvimento do Projeto de Vida, a escola estará agindo na formação de sujeitos preparados para os desafios apresentados pela sociedade, bem como para as oportunidades futuras do mundo do trabalho. A consolidação dessa prática pode estar prevista dentro de um plano de ação formalizado pela unidade escolar.

Corroborando com essa ideia, verifica-se que é necessário a escola oferecer mecanismos para auxiliar os alunos na reflexão sobre os projetos vida e no preparo para o mundo do trabalho. E mostrar a importância que o projeto de vida tem papel essencial na formação dos alunos, podendo permitir o desenvolvimento do autoconhecimento para que eles sejam capazes de estabelecer seus planos para a sua vida futura.

3.6.3 O respeito à diversidade

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 11.645/08): Art.26 - A: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. Nessa Lei trouxe a necessidade de trabalhar a nossa cultura negra e conhecer a cultura indígena para que os alunos possam conhecer esses elementos que formam a sociedade.

Segundo Lei de Diretrizes e Bases da Educação 12.796/13, no art. 58:

Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A LDB traz o conceito e a forma de oferecer o ensino de educação especial para os educandos com deficiência física, visual, auditiva e todas as deficiências existentes. A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus corrobora com essas Leis com debates sobre os assuntos trabalhando também com os temas transversais na sala de aula, fazendo assim uma abordagem sistêmica.

A escola é um ambiente onde a Diversidade está inserida. Conforme, Costa (2014, p. 5):

A diversidade tem ligação estreita com igualdade, um dos princípios do estado democrático. Portanto, em educação, é fundamental que os profissionais tenham condições para reconhecer a heterogeneidade social e o direito que todos têm, mediante a equidade no tratamento dos diferentes grupos sociais. A equidade revela que a diferença entre os diversos grupos sociais não deveria comprometer a igualdade de direitos, pois as diferenças não podem se converter em desigualdades.

Conforme esse autor a diversidade faz relação diretamente com a igualdade, onde aborda sobre a igualdade de direitos e o respeito as diferenças e a inclusão dos diferentes grupos sociais. A respeito da identidade de gênero, segundo a BNCC (2018, p. 16):

Refere-se à experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo biológico de cada pessoa. A identidade de gênero inclui a consciência pessoal do corpo, no qual podem ser realizadas por livre escolha, modificações estéticas e anatômicas por meio médicos, cirúrgicos e outros. Lembremos, em especial, das pessoas transexuais, masculinas e femininas e travestis. Todos(as) nós temos nossa identidade de gênero, pois trata-se da forma como nos vemos e queremos ser vistos, reconhecidos e respeitados, como homens ou mulheres.

De acordo com essa teoria observa-se a importância da igualdade de gênero, as pessoas não serem discriminados devido a sua orientação sexual, defendendo o direito de serem reconhecidos e respeitados na sociedade, possibilitando o respeito e a diversidade.

4 DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

4.1 O Planejamento Pedagógico

O desenvolvimento das atividades escolares em âmbito pedagógico, sobretudo no que se trata de Planejamento, ocorre de maneira sistemática, consciente e integradora,

de modo que o foco seja direcionado para a aprendizagem dos estudantes, ressaltando a colaboração mútua entre docentes e setores escolares.

De acordo com Libâneo (1994, p. 22) “o planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”, isto é, o trabalho de planejamento deve ser direcionado não somente para a sistematização conteudista, mas também orientado para o contexto educacional, as nuances e particularidades de cada turma e o contexto sócio-histórico da escola e da comunidade escolar.

O corpo docente, a gestão, o corpo discente e funcionários são integrantes da dinâmica das relações sociais que se estabelecem na escola, nesse sentido, o planejamento é uma atividade de reflexão acerca das nossas opções e ações, e, portanto, de natureza indispensável à prática pedagógica uma vez que é um princípio norteador que atravessa as diversas instâncias da unidade escolar.

Destarte o planejamento pedagógico é elaborado, para além da didática particular de cada professor, de modo a se pensar na correlação com os diversos núcleos da escola, a fim de que os estudantes integrem, ocupem e aprendam dentro e fora de sala de aula, com os profissionais da Educação, mas também com os funcionários de apoio, com a gestão, em associação com a comunidade escolar. Como afirma Evangelista (2011, p. 02), a escola precisa planejar suas ações conforme uma tríade:

Tríade: pedagógica, administrativa e social. O planejamento dessas dimensões envolve a organização escolar amparado pela Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional – LDB9.394/96. Tal planejamento rege as ações e práticas pedagógicas da gestão e dos professores em função do ensino.

Isto posto, na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, doravante EMMRAJ, a prática pedagógica é orientada e atravessada pelo âmbito pedagógico no que se refere aos planos de aula, prática didática, intervenções seriadas, escalonamento de uso de espaços pedagógicos, e demais atribuições que cerceiam o ensino e a aprendizagem, do mesmo modo que, o planejamento administrativo e social ocorre em consonância ao pedagógico, além de viabilizar outros espaços de ensino-aprendizagem.

A fim de exemplificar os espaços múltiplos de formação que a EMMRAJ dispõe, cita-se: Horta Escolar, salas de Leitura e Informática, sala de Rádio-Escolar, o pátio no qual os estudantes socializam e realizam intervenções e formalizações de aprendizagem. No que concerne à forma organizacional para a realização do

planejamento, na EMMRAJ a articulação ocorre em espaço físico definido, quinzenalmente, em dias e horários estipulados por área do conhecimento e componente curricular durante todo o ano letivo.

4.2 A Avaliação para a Aprendizagem

A avaliação escolar é uma prática didática no cotidiano docente que, por via de regra, deve incluir todas as etapas do processo de ensino-aprendizagem. A avaliação quantitativa realizada no decorrer dos enlaces pedagógicos entre professor-aluno durante um período letivo é confrontada com os objetivos de aprendizagem propostos no intuito de orientar e diagnosticar os possíveis progressos e dificuldades.

De acordo com Hoffmann (2007, p. 15) “a avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação”, neste sentido, pensar a prática docente como alheia a avaliação, ou como mero instrumento da prática esgota toda rede de relações plurais que podem ser concebidas a partir e para a avaliação.

Isto posto, a concepção de avaliação não deve pautar-se simplesmente em medir o conhecimento, aprovar ou reprovar com base nos resultados quantitativos obtidos, mas sim, uma avaliação que seja direcionada para o aprendizado do estudante, de modo que a partir de um resultado a prática docente seja repensada e transformada, à fim de promover a aprendizagem do alunado, isto é, a avaliação deve servir à aprendizagem e não o contrário.

Desse pressuposto, a avaliação da aprendizagem não pode ser separada do processo de ensino-aprendizagem desenvolvido pelo professor, da realidade na qual os estudantes estão inseridos, dos aspectos individuais que constituem uma determinada comunidade escolar.

Entretanto, o EMMRAJ, por estar inserido em um contexto de Educação do/no Campo, adota uma metodologia de avaliação da e para a aprendizagem que considera os aspectos multiculturais do corpo discente, e orienta a avaliação quantitativa de acordo com estratégias que incluam o Campo como espaço formativo e educacional.

Além das chamadas Avaliações por Etapa Letiva, que são feitas para todos os componentes curriculares ao fim de cada ciclo (trimestre), diversas estratégias são

empregadas à fim de garantir a aprendizagem dos alunos à medida que também são avaliados dentro e fora de sala de aula.

A exemplo de espaços formativos que contribuem para a avaliação e para a aprendizagem no Maria Rita, cita-se a Horta Escolar, que além de contribuir para a formação da Educação do/no Campo, é utilizada como recurso didático pelos docentes e as atividades lá desenvolvidas são avaliadas tanto quantitativamente, quanto qualitativamente.

A construção da avaliação para a aprendizagem no EMMRAJ está alinhada ao que é proposto para avaliação no Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental, doravante DCRB (2020, p. 99), que estabelece:

A construção da prática educativa em que a avaliação esteja presente em todo processo de ensino e de aprendizagem, tanto no aspecto cognitivo, quanto na dimensão das competências socioemocionais, tornando a avaliação socioemocional menos subjetiva e mais transparente.

Deste modo, a avaliação pode promover a aprendizagem considerando os princípios norteadores do currículo nacional e as competências socioemocionais que no EMMRAJ são ponderadas individualmente por cada docente e em cada componente curricular. O desenvolvimento do estudante é avaliado como um todo, isso garante que ao identificar uma dificuldade, seja ela de natureza pedagógica ou socioemocional, estratégias possam ser criadas com vistas a (re)planejar e reconduzir o estudante para a aprendizagem da melhor forma possível.

As Avaliações Diagnósticas de Aprendizado que são aplicadas no início de cada Ano Letivo através da Secretaria Municipal de Educação (SEC), são utilizadas com objetivo também de orientar e conduzir a aprendizagem em cada turma.

Nesse íterim, tanto resultados de avaliações internas, quanto externas, a exemplo das Avaliações Diagnósticas realizadas pela Secretaria da Administração do Governo do Estado da Bahia (SAEB) e Ministério da Educação (MEC), contribuem para o replanejamento da prática pedagógica e melhor direcionamento das competências e habilidades que devem ser tratadas com mais atenção com objetivo de alavancar o ensino e garantir a aprendizagem efetiva, pois identificam os maiores déficits na aprendizagem do alunado da escola.

A Avaliação de Desempenho Escolar e a Avaliação Institucional, que tem por objetivo diagnosticar o desempenho dos estudantes nas redes de ensino e as necessidades de cada instituição escolar, concomitantemente fornecem pistas importantes para a reflexão da prática pedagógica e das modalidades de avaliação.

Elaborar estratégias de avaliação que estejam adequadas aos recursos da Escola, ao contexto dos estudantes e da localidade onde a escola está situada, bem como as necessidades socioemocionais e econômicas do alunado é o propósito principal da Educação direcionada para a Aprendizagem da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus.

4.3 Os Temas Integradores

4.3.1 Educação em Direitos Humanos

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948, período pós-guerra, todas as nações devem garantir o respeito aos direitos e liberdades de todos os indivíduos em cada sociedade, através do ensino e da educação. O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos desde sua promulgação em 1948, e apesar do Golpe Militar sofrido na década de 60 época na qual os direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros foram usurpados e violentados, o país tem desenvolvido estratégias e planos a nível nacional, como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que visa a oferta da educação para a garantia dos Direitos Humanos.

Conforme estabelecido no Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB) e o Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera (2020, p.p. 67-68), a Educação em Direitos Humanos na escola deve:

Arregimentar forças no sentido de sensibilizar toda a comunidade escolar, para poder se envolver na defesa desses direitos em suas perspectivas individuais, coletivas, econômicas, políticas e culturais, com vistas à construção de uma sociedade mais justa, cujos princípios norteadores têm assento em valores humanos equânimes, igualitários, inclusivos e democráticos.

Nesse sentido, tratar de Direitos Humanos no currículo escolar visa além da promoção à garantia e o enfrentamento às violações dos Direitos Humanos, o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que viabilizem a conscientização e a preservação dos direitos individuais e coletivos de cada cidadão.

De acordo com o DCRM (2022, p. 47), “educar não é apenas informar, mas, sobretudo formar, transmitir convicções, direitos, deveres e repensar as concepções de uma sociedade balizada pela homogeneidade classificatória e discriminatória”, desse modo, não basta discutir e debater o tema na escola, mas intervir de maneira efetiva em situações que possam ferir os Direitos Humanos, direcionar para o exercício correto da cidadania e, sobretudo, demonstrar no cotidiano escolar o respeito aos Direitos Humanos.

A implementação da educação para os Direitos Humanos em cada Componente Curricular, conforme previsto no DCRB (2020), e no DCRM (2022), deve integrar toda comunidade escolar, pois de algum modo a comunidade escolar participa também da educação e formação dos estudantes.

Em cada Componente Curricular o respeito aos Direitos Humanos deve ser contextualizado às possíveis aplicações em cada área do conhecimento e à Educação do/no Campo, uma vez que por ser uma parcela da população historicamente negligenciada, é papel da escola promover a transformação dessa realidade, conscientizando e exercendo o respeito aos direitos e as liberdades individuais.

Atualmente a Escola Maria Rita não possui um projeto específico para o tratamento do tema em questão, contudo a temática é explorada em sala de aula através de discussões, atividades e trabalhos que contextualizam também com os objetos do conhecimento trabalhados por cada docente.

O Componente Curricular de Ensino Religioso, por exemplo, explora a Educação em Direitos Humanos no tratamento do respeito e tolerância religiosa por meio de atividades orais e escritas, de modo que o alunado possa perceber no cotidiano como deve ser praticada a empatia, a tolerância e a equidade. Além de atividades orais e escritas os alunos também acessam informações por meio do uso da Sala de Informática e Sala de Leitura, de modo que a democratização de acesso à informação sobre os Direitos Humanos ocorra de maneira mais ativa.

Ademais a EMMRAJ desenvolve em conjunto com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Anguera, circuitos de palestras que ocorrem uma vez por ciclo letivo e são direcionadas para a formação humana, cultural e social dos estudantes no que diz respeito aos seus direitos, além de explicar sobre temas específicos como, por exemplo, Abuso Sexual, Trabalho Infantil, Orientação Sexual,

Gênero entre outros. A ação conjunta com o CRAS, atualmente, é integrada como atividade extracurricular de natureza fixa no cronograma letivo da Escola.

Como Projeto para desenvolvimento futuro, a Escola Maria Rita objetiva realizar atividades extra curriculares para o tratamento do tema de maneira mais ativa e efetiva com os estudantes e funcionários, isto é, realizar nos ambientes comuns da escola momentos de diálogo, conscientização e estratégias para sanar os eventuais casos de desrespeito aos Direitos Humanos que possam ocorrer, desse modo, a Escola Maria Rita estará diretamente envolvida e comprometida com o respeito e a tolerância.

4.3.2 Educação para a Diversidade

A Educação para a Diversidade é garantida pelo Conselho Nacional de Educação, de 13 de julho de 2010, e pelas Diretrizes Nacionais para Educação Básica, que prevê “a promoção dos princípios do respeito aos Direitos Humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014).

Ao discorrer sobre Educação para a Diversidade consideramos os seguintes preceitos estabelecidos pelo DCRB (2020, p. 69):

A escola, entre outros espaços sociais, é um território onde a diversidade humana é temática latente, cadente, entremeada por contornos áridos e práticas sociais contraditórias e muitas vezes tensionadas. Ela tende a reafirmar predileções histórico-culturais, veladas ou declaradas, de valores, atitudes e conhecimentos, ditos socialmente aceitáveis ou “politicamente corretos.

Levando em consideração que a Diversidade diz respeito, sobretudo, aos Direitos Humanos e que a Escola não pode ser entendida enquanto um espaço neutro, uma vez que tem função social e política, a Educação para o respeito à Diversidade deve ter como princípio norteador o acolhimento das particularidades de cada sujeito que está inserido no contexto escolar, com vistas a garantir o direito a aprendizagem de todos os estudantes, independente de raça, etnia, gênero, orientação sexual, necessidades especiais, religião ou situação socioeconômica.

Entrementes há paradigmas e preconceitos sobre a Diversidade que são enraizados no meio social e, portanto, no corpo discente e docente da unidade escolar. Desse modo, a Educação para o respeito à Diversidade objetiva o rompimento destes paradigmas e preconceitos visando a construção de uma sociedade igualitária e democrática.

O enfrentamento de preconceitos que ferem a Diversidade e os Direitos Humanos, deve ser aliado a prática pedagógica, de modo que, cada docente em seu Componente Curricular trate de maneira dialógica essas questões, além da Escola viabilizar ações interventivas sobre diversas temáticas com intuito de assegurar o acesso a formação multicultural e diversa do alunado.

Nos dias que correm, a Escola Maria Rita desenvolve em conjunto com o CRAS, ações voltadas ao trato da Diversidade de Gênero, Sexual, Racial e Étnica, de modo que sejam temas livres e comum aos estudantes, com vistas a evitar constrangimentos e preconceitos. O CRAS em conjunto com a escola, desenvolve palestras e ciclos formativos com frequência de pelo menos uma vez a cada ciclo.

Objetiva-se como Projeto para desenvolvimento futuro para a Escola Maria Rita, expandir tais ações, realizando-as com espaço de tempo mais curto para que sejam mais recorrentes e façam parte do dia a dia da escola, além de ampliar sua execução de modo que possa integrar não somente a escola, mas também a comunidade externa e as famílias.

4.3.3 Educação para o Trânsito

De acordo com o DCRB (2020, p. 82), “a Educação para o Trânsito é uma instrumentalização na busca de conscientização e atuação segura no compartilhamento do espaço viário e uma nova abordagem de representar a prática pedagógica”.

Desse modo, a inclusão da Educação para o Trânsito torna-se necessária no currículo do EMMRAJ, pois por estar situada em uma localidade próxima a rodovia com grande circulação de veículos, fazer com que o alunado conheça as leis, os deveres e direitos concernentes ao trânsito endossa o papel da escola como transformadora social e viabiliza a prevenção de acidentes com a conscientização individual e coletiva das regras que devem ser seguidas no trânsito, tanto por motoristas, quanto por pedestres.

O trabalho docente com o objetivo de abordar questões relacionada a Educação para o Trânsito permeia os parâmetros da cidadania e, portanto, deve ser repensado de modo contextualizado e consciente em sala de aula. O DCRB estabelece que a Educação para o Trânsito não deve ser restrita a simples distribuição de *cards* informativos, mas fazer parte da rotina de ensino-aprendizagem em múltiplos espaços, desse modo, espaços como a Sala de Informática, Sala de Leitura, Rádio-Escolar

devem ser utilizadas como instrumentos na formação para a tolerância, a empatia e a corresponsabilidade coletiva no combate à violência no trânsito.

Para os próximos anos, a Escola Maria Rita objetiva desenvolver um Projeto de Educação para o Trânsito fazendo uso da Rádio-Escolar, de modo a utilizá-la como instrumento informativo e conscientizador. Além disto, nesta ação será incluída a confecção de cartazes e placas de trânsito que deverão ser espalhadas pela escola com intuito de informar e familiarizar os estudantes com o cotidiano do trânsito de modo que possam compreender sua função.

4.3.4 Saúde na Escola

Assim como a Educação, a Saúde é um direito de todos os cidadãos, como prevê a Constituição Federal de 1988 no art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Deste modo, garantir que o cidadão tenha acesso a estes direitos é papel do Estado, mas viabilizar o acesso à informação e a formação sobre tais direitos é também um papel da Escola enquanto formadora social para a cidadania. Nesse ínterim, a Escola deve articular meios que proporcionem ao seu alunado o acesso a formação sobre Saúde de qualidade, bem como, as doenças a que podem ser submetidos, os meios principais para tratamentos e prevenção, assim, a Saúde na Escola pode ser tratada como tema transversal e integrador a formação dos estudantes.

De acordo com o DCRM (2022), no Município de Anguera os principais problemas de saúde estão relacionados a doenças crônicas não transmissíveis, fatores de risco como a obesidade, uso abusivo de drogas e doenças infecciosas, além das doenças decorrentes dos determinantes sociais como, por exemplo, a falta de saneamento básico.

No Povoado de Areia, destacam-se problemas de Saúde relacionados ao uso exagerado de álcool e drogas ilícitas, doenças crônicas, além do problema de Saúde Pública do Planejamento Familiar, relacionado principalmente à gravidez na adolescência.

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, por estar situada em uma localidade do Campo está sujeita a ter um alunado que pode estar submetida mais

gravemente a estes agravantes de Saúde Pública, deste modo, inserir a temática da Saúde na Escola com ações que visem a conscientização, prevenção e controle de possíveis doenças é essencial para a formação da Educação do/no Campo.

Por compreender a necessidade de trabalhar com a temática da Saúde na escola e na comunidade no ano de 2015 realizou-se na Escola Maria Rita a 1ª Feira de Saúde da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, em parceria com a Secretaria de Saúde, e dispôs de palestras informativas sobre temas como Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), Planejamento Familiar, Uso de Drogas e Primeiros Socorros, além de atividades específicas voltadas à prevenção contra a Dengue, estímulo a Alimentação Saudável, Imunização e Vacinação.

A Feira em questão contou com a colaboração dos professores da escola, bem como profissionais como Enfermeiros, Nutricionistas e Professores de Educação Física, além de contar com a parceria também de órgãos públicos como o Núcleo de Apoio ao Estudante e Família (NAEF), Posto de Saúde da Família (PSF) e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Apesar da Feira de Saúde ter como público alvo principal os estudantes da Escola Maria Rita, o projeto de estendeu à comunidade local e as escolas vizinhas.

No ano de 2019, a Feira de Saúde transformou-se em Feira Social que além de tratar temáticas referentes à Saúde, incluiu também a realização de ações voltadas à cidadania, com a confecção de Documento de Identidade (RG), e bem estar e higiene pessoal, com ação de corte de cabelo e cuidados com o corpo.

No presente, o EMMRAJ desenvolve ações voltadas para Saúde na Escola com profissionais da saúde, fazendo acompanhamento do esquema vacinal dos estudantes, através da assistência prestada pelo PSF localizado no povoado de Areia. Além disto, realiza-se ao menos uma vez em cada ciclo letivo uma palestra realizada com profissionais da Saúde voltada para a prevenção de tratamento de doenças e primeiros socorros. Tem-se como diligência a intensificação dessas ações voltadas à saúde escolar, incluindo novas práticas para a formação consciente do alunado e da comunidade em que estão inseridos.

Para o ano de 2023 a Escola Maria Rita projeta retomar as ações para a Feira de Saúde à fim de estabelece-la como atividade fixa no cronograma letivo da Escola, além

de expandir e ampliar o tratamento do tema em parceria com a comunidade e as Unidades de Saúde que integram a comunidade em que a Escola está situada.

4.3.5 Educação Ambiental

De acordo com as diretrizes estabelecidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 187) para o Tema Transversal da Educação Ambiental a principal função do trabalho com o tema é: “contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global”.

Com a realidade da Educação do/no Campo, o trabalho com a temática do Meio Ambiente torna-se ainda mais necessária, pois o modo como os sujeitos interferem no meio ambiente local deve ser repensado com vistas à preservação da natureza, e sua exploração deve ser consciente e feita de modo a assegurar a preservação.

Segundo Narcizo (2009) a Educação Ambiental deve ser desenvolvida na Escola de modo interdisciplinar, a fim de fomentar a criatividade e o raciocínio dos alunos, unindo teoria e prática, como previsto nos PCN's. Nesse ínterim, o EMMRAJ propõe o desenvolvimento do currículo escolar voltado para a questão ambiental de modo que os alunos se vejam como sujeitos da ação e da execução no processo da preservação ambiental. O meio em que os estudantes convivem na comunidade deve ser o principal norteador na conscientização da preservação do Meio Ambiente, pois é neste meio que as atividades de agricultura, por exemplo, são desenvolvidas e com a qual o alunado tem maior contato.

As ações voltadas a preservação e manuseio correto do solo, da água e outros recursos naturais, além de já ser trabalhado em Componentes Curriculares como Ciências, Geografia e Empreendedorismo deve ser expandido também para outras áreas do conhecimento, conforme prevê os PCN's (1998), o DCRB (2020) e o DCRM (2022), de modo que a interdisciplinaridade seja contextualizada à Educação do/no Campo.

Atualmente a Escola Maria Rita trabalha mais veementemente com a temática ambiental no contexto do manuseio da Horta Escolar, que funciona como recurso para os professores explorarem o cuidado com o Meio Ambiente, o que propicia também maiores discussões e aprofundamento sobre a Educação do/no Campo. Como ação

futura, pretende-se garantir a expansão do uso da Horta Escolar em outros contextos e realizar mais ações voltadas ao tema, desenvolvendo palestras e dias letivos voltados exclusivamente ao tema da Educação Ambiental.

4.3.6 Educação Financeira e para o Consumo

No que se refere a Educação Financeira e para o Consumo é preciso considerar o crescimento no consumo individual e familiar no Brasil nas últimas décadas. Com o avanço dos processos de globalização, e apesar da inflação, o consumo no Brasil teve aumento de 2,1% de acordo com dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e divulgado pela Agência Brasil, no ano de 2021.

O DCRB (2020), estabelece que as escolas devem promover a inserção de conteúdos que clarifiquem o consumo responsável e consciente, com vistas a controlar o consumo exacerbado que causa danos ao meio ambiente a longo prazo e a sociedade como um todo. Deste modo, cabe a escola incentivar comportamentos financeiros conscientes e saudáveis de modo a proporcionar aos estudantes um planejamento de vida e projetos que contribuam para o crescimento social e coletivo.

Entrementes na EMMRAJ o trabalho com a Educação Financeira tem ocorrido de maneira dinâmica, de modo que a formação para o consumo e uso do dinheiro seja incentivado conscientemente. À exemplo disto, cita-se a realização da Quermesse Junina realizada no encerramento da 1ª Etapa Letiva na escola, na qual além de atividades culturais voltadas aos festejos juninos, foram confeccionadas Barracas para o comércio interno de alimentos. As vendas foram feitas com o uso do MR, cédula monetária específica do Maria Rita criada exclusivamente para o uso durante atividades extracurriculares.

Os alunos receberam determinada quantia de dinheiro em MR e durante toda a Quermesse puderam fazer o seu uso, fazendo compras, recebendo e passando troco, de modo que além de trabalhar habilidades matemáticas, pudessem ter o contato direto com a modalidade de compra empregada atualmente na sociedade brasileira.

Como Projeto futuro, a Escola Maria Rita propõe estabelecer a permanência da Quermesse como atividade fixa anual para educar financeiramente. Além disto, propõe-se criar ações que trabalhem a questão do consumo consciente, de modo que as

propagandas de televisão, *internet* e anúncios jornalísticos sejam identificadas enquanto causadores do consumismo recreativo que visa a manutenção do capitalismo.

4.3.7 Cultura Digital

Com o avanço da globalização das tecnologias faz-se necessário trabalhar no ambiente escolar a inclusão digital, o acesso às redes, bem como preparar os estudantes para a convivência e uso saudável dos meios de comunicação digitais. A juventude está cada vez mais próxima das tecnologias e negar que a escola precisa e deve estar preparada para oferecer suporte e formação nestes espaços, é, no mínimo, arcaico. A Escola precisa assegurar o acesso as novas tecnologias como informar acerca dos recursos que contribuem para a Educação além disso, a prática pedagógica deve ser voltada ao seu uso educativo no cotidiano escolar.

Nessas margens, a BNCC (2018) e o DCRM (2020), estabelecem o uso das tecnologias e cultura digital como Tema Integrador e Interdisciplinar, pois “instigam instituições e espaços formativos a conceber novos jeitos de aprender, tanto dentro quanto fora do espaço escolar” (BAHIA, 2020, p. 92), assim, a inclusão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) devem estar presente no ambiente escolar e ser utilizadas por todos Componentes Curriculares.

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus dispõe em sua estrutura física uma Sala de Recurso em Tecnologias e Informática, e o espaço é utilizado pelos estudantes e professores como recurso educativo, além de viabilizar o uso de *internet* livre aos estudantes por meio de redes de *Wi-Fi* que servem à pesquisas e interação social virtual entre os estudantes, desse modo, a escola garante a formação multicultural dos estudantes em diversos ambientes e possibilita a criação e ações voltadas ao uso consciente e saudável das mídias digitais.

Para os seguintes anos a Escola objetiva disponibilizar um Curso de Informática Básica para atender e preparar melhor os estudantes e a comunidade escolar para o acesso as novas mídias e tecnologias. Pretende-se também a ampliação e melhoria da Sala de Recursos em Tecnologia e Informática, de modo que sua estrutura seja melhor aproveitada.

4.3.8 Educação Fiscal

A Escola como espaço multiformador deve contribuir de maneira efetiva para a relação do cidadão com o Estado e seus governantes, por meio de ações que orientem para a participação individual e coletiva nas diversas instâncias. O DCRB (2020), prevê o incentivo, por parte da escolar, a instâncias de participação que envolvam tanto o corpo discente e docente, quanto a comunidade escolar como um todo, a exemplo dos Colegiados, Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis, no intento também de asseverar a gestão democrática como prática e dever de todos os membros da escola e da comunidade.

Nestas margens, a escola e os profissionais envolvidos na educação têm função fundamental na orientação dos estudantes enquanto cidadãos em formação. Os princípios éticos e políticos são interdisciplinares, desse modo, seu tratamento quanto ao respeito, sensibilidade, direitos e deveres constitui-se enquanto formação cidadã e humana, não restrita aos muros da escola e a sala de aula.

Em concordância com o DCRB (2020, p. 95), a Educação Fiscal é definida como “processo educativo que visa à construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania, objetivando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado”.

Nessa perspectiva a EMMRAJ atua no acompanhamento interno dos gastos financeiros com relação as verbas e recursos direcionados pelo Governo Federal e Municipal. Este acompanhamento é feito através do repasse de informações e prestação de contas por parte do Caixa Escolar que é responsável pela fiscalização financeira dos recursos escolares, e que posteriormente repassa estas informações para o Conselho Escolar que é composto tanto por docentes, funcionários, membros da comunidade e os representantes estudantis que democratizam a informação com os demais alunos, desse modo, a Educação para o acesso à informação fiscal se estabelece de modo transparente e democrático.

A partir dessa experiência, a Escola Maria Rita buscará ampliar o nível de conhecimento dos estudantes sobre o assunto no interior da grade curricular, pois a temática faz parte das relações públicas e políticas do dia a dia, tornando-se parte fundamental do exercício da cidadania.

A Educação Fiscal relaciona-se ainda com a competência geral da Educação Básica, prevista na BNCC, que indica o seguinte: “agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (BRASIL, 2018, p. 10) deve ser dever de todo cidadão e princípio norteador para a Educação social e cidadã, com vistas ao respeito mútuo ao indivíduo e a democracia.

4.3.9 Parte Diversificada

A Parte Diversificada da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus compreende as diretrizes estabelecidas pela DCRM (2022) e pela BNCC (2018), que prediz que o currículo deve respeitar e valorizar as características locais e regionais da localidade em que a escola está situada. Com vistas a contribuir com a cultura local e regional, a Parte Diversificada adotada na EMMRAJ abarca habilidades específicas com características do município de Anguera, bem como do povoado de Areia, pois contextualiza para a formação da Educação do/no Campo.

A prática pedagógica que abranja tais habilidades e características também deve se dar de maneira interdisciplinar, contudo, a EMMRAJ compreende o Componente Curricular de Empreendedorismo Local e Regional como principal área do conhecimento a depreender a Parte Diversificada, pois engloba tanto a formação sobre cultura local e regional, quanto dá suporte à Educação do/no Campo.

Desta forma, a escola pode explorar as realidades em que os alunos estão inseridos de modo a construir uma educação contextualizada e viva, que seja comum ao cotidiano do alunado e demonstre práticas possíveis para a atuação na comunidade, na sociedade anguerense e brasileira.

A valorização do conhecimento local e regional contribui diretamente para a formação cidadã, além de se relacionar com demais Temas Integradores, a exemplo da Educação para o Meio Ambiente e a Educação Fiscal. Isto posto, é importante ressaltar ainda que “a compreensão acerca das potencialidades locais e o incentivo prático quanto à exploração, pode tornar o sujeito mais compreensivo acerca das oportunidades dentro do meio em que vive e sobrevive” (BAHIA, 2022, p. 395), isto é, instruir acerca da cultura local e regional contribui para a atuação ativa na sociedade e atesta a função da escola enquanto transformadora social.

No que diz respeito as modalidades de ensino atendidas na Escola Maria Rita, destaca-se a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que foi implementada no presente

ano de 2022 e está em conformidade com os parâmetros da Educação Popular baseado nos Temas Geradores estabelecidos por Paulo Freire, além de dar suporte também a Educação do/no Campo.

A Escola Maria Rita atualmente não possui alunos originados de povos nômades ou transitórios, como é o caso de ciganos e circenses, ou de povos indígenas, ribeirinhos ou quilombolas, está apta a ofertar a Educação em caso de possível ocorrência, embora não possua uma estrutura específica para o atendimento a determinadas comunidades, com os saberes e conhecimentos necessários à formação especializada.

O Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (2020, p. 49), prevê o seguinte:

As modalidades contempladas na Educação Básica do Estado da Bahia compõem as pautas da:
Educação Escolar Indígena, com uma proposta de educação específica, intercultural, feita com e para indígenas, nos espaços onde se localizam as diferentes etnias.
Educação Especial na perspectiva inclusiva que visa o atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência.
Educação do Campo, visando a produção e valorização da vida, do conhecimento e da cultura do campo, valorizando os aprendizados dentro e fora dos espaços escolares.
Educação Escolar Quilombola, com foco na valorização das questões étnico-raciais e identitárias a partir da valorização da identidade afrodescendente.
Educação de Jovens e Adultos, com um olhar para o estudante que trabalha, considerando saberes prévios e tempos de aprendizagem dos sujeitos atendidos.

A Escola Maria Rita contempla a modalidade da Educação no/do Campo e Educação de Jovens e Adultos (EJA), e em seu alunado atende alunos portadores de necessidades especiais, que são avaliados de maneira específica. Ademais, a escola se propõe a transversalizar os temas da Educação Escolar Indígena e Quilombola no interior dos Componentes Curriculares que já tratam da valorização das culturas locais e regionais.

4.4 Perfis Esperados do Professor e do Aluno

Perfil da Docência: A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus conta com uma equipe docente colaborativa e dialógica, que se envolve ativamente no processo de ensino-aprendizagem, bem como no papel social que a escola desempenha. Como disse Paulo Freire (1991, p. 20) “a Educação é um ato político”, desse modo, não podemos desvincular o professor do papel social e político que ele desempenha na

escola e na vida dos estudantes, assim, cabe ao professor, bem como a toda comunidade escolar, atuar ativamente por meio dos projetos que envolvem os múltiplos processos educativos.

Atualmente o corpo docente é envolvido com o contexto político e social dos estudantes e do ambiente escolar e almeja-se que seu envolvimento possa ser expandido e melhor debatido como uma prática comum e cotidiana à escola.

Assim como no próprio processo de ensino, o Professor deve ser ativo e colaborativo também no que diz respeito ao Projeto Político-Pedagógico da escola, bem como participar dos núcleos democráticos que a escola dispõe. Na Escola Maria Rita, os professores são ativamente representados por membros que fazem parte do Conselho Escolar, além de se envolverem na adoção de práticas inovadoras da escola e apropriar-se do conhecimento acerca de documentos que norteiam a Educação.

A relação entre o corpo docente e a Gestão Escolar é dialógica e colaborativa, espera-se então que o corpo docente possa ter maior domínio e formação sobre os Documentos que norteiam a Educação, se apropriando ativamente de suas diretrizes de modo a refletir em sua prática pedagógica e metodologias de ensino, bem como a permanência do diálogo e colaboração entre setores do ambiente escolar.

O corpo docente atual, composto por um total de 16 professores, é mobilizado e incentivado a participar de processos formativos dentro e fora da escola, de modo que possam através de sua prática envolver o estudante com novas perspectivas e novas formas de aprender. Tem-se como meta que o corpo docente possa ser ainda mais ativo e colaborativo, de modo a protagonizar a aprendizagem do estudante no contexto da Educação do/no Campo e como sujeito socialmente ativo.

Perfil do Estudante: O alunado da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus é composto por um público diverso, oriundos do povoado de Areia e de seus arredores, como o povoado de Galhardo e a Fazenda Capim, pertencentes a Feira de Santana, e as Fazendas Tapera, Sizino, Batalha, Carro-Quebrado, Candealino, Caraíbas, Bela Vista, Paraíso, Jenipapo, Tabuleiro e Cangolê, e em sua maioria, os estudantes chegam até a escola por meio dos transportes estudantis que são ofertados pela Prefeitura e pela Secretaria Municipal de Educação.

Os alunos da Escola Maria Rita são, em sua grande maioria, negros e de origem humilde. Embora não seja possível o acesso a dados estatísticos sobre o assunto,

porque atualmente os mapeamentos realizados pelos Programas Sociais do Governo Federal não sejam repassados à escola, estimamos que maior parte dos estudantes sejam oriundas de famílias carentes, com renda média baixa, em sua maioria participantes de algum programa de auxílio financeiro.

Os estudantes da Escola Maria Rita têm acesso garantido ao livro didático que é ofertado às Escolas Públicas através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Uma vez que a escola recebe os livros por Componente Curricular baseado no quantitativo de alunos, eles são distribuídos aos pais e/ou responsáveis dos estudantes, que ficam responsáveis pelo livro durante o ano letivo corrente. Além disto, a Sala de Leitura da Escola Maria Rita dispõe de livros diversos aos quais os alunos tem acesso livre, tanto para acesso na escola, quanto para empréstimo, possibilitando o acesso ao livro em casa.

O alunado da Escola Maria Rita é participativo e engajado no que concerne a manifestações culturais-identitárias, se reconhecem enquanto integrantes de uma comunidade e são conscientes de seu papel, participam ativamente das propostas itinerantes e extra curriculares, quando propostas. Almejamos, porém, que nosso alunado possa se inteirar com mais afinco nas manifestações culturais locais, que demonstrem maior interesse pela vida pública e em comunidade para que se reconheçam enquanto cidadãos ativos e possam exercer com maior propriedade os seus direitos.

5. ETAPAS DO ENSINO

5.1 Ensino Fundamental

5.1. 2 Anos Finais

Segundo o DCRM de Anguera (2022, p. 104), a Portaria SEC Nº 02/2010, que regulamentou o Ensino Fundamental de 09 Anos na Rede Municipal de Ensino de Anguera, considera que o currículo desta etapa da Educação Básica deve garantir às crianças e adolescentes:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;*
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que fundamentam a sociedade;*
- III - a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;*

IV -o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços da solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social.

Discutir o processo de transição dos Anos Iniciais para os Anos Finais é algo fundamental e que requer um olhar cuidadoso quando se percebe que aí está um passo muito importante na vida dos estudantes. O estudante está saindo de um ritmo e modo acadêmico para outro modo completamente diferente e mais dinâmico, por isso, essa transição deve ser feita gradativamente para que não haja impactos negativos na aprendizagem do educando e no processo de adaptação.

Segundo o DCRM (2022, p. 108):

É importante pensar a transição dos Anos Iniciais para os Anos Finais do Ensino Fundamental como um momento ímpar para oferecer ao educando amparo acolhedor, afetivo e emocional, garantir integração e continuidade dos processos de aprendizagem, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que são estabelecidas dentro do percurso escolar que vivenciam.

A escola busca promover esse processo de transição e adaptação de seus estudantes por meio da flexibilização do currículo e de uma prática pedagógica que atenda às necessidades de seu alunado. Em nossa escola buscamos atender aos estudantes, de forma que eles tenham uma aprendizagem significativa, são pessoas e entendimentos diferentes, por isso é importante pensar o particular, o individual, para assim atingir o coletivo.

Além de flexibilizar o currículo e desenvolver constantemente práticas pedagógicas que facilitem o processo de transição e adaptação dos Anos Iniciais para os Anos finais, a Escola Maria Rita conta com o auxílio de projetos desenvolvidos e encaminhados pela SEC, como o BRASIL NA ESCOLA, que visam suavizar e tornar possível essa transição.

Pensando no processo de adaptação de nossos educandos nossa escola além de formular as estratégias, preza pelo cuidado com o nível de proficiência das habilidades e competências pré-estabelecida pela BNCC, além de estabelece um diálogo com as escolas de Núcleo B e C, de onde vem a maior parte de nosso alunado, para saber sobre a realidade dos nossos futuros alunos, como está a aprendizagem, se estão alfabetizados, se possuem algum tipo de necessidade especial, para que a mesma possa receber esses alunos adequadamente.

Além de pensar nas estratégias para tornar essa transição dos anos iniciais para os anos finais mais suave e concreta, é necessário pensar também, a avaliação destes estudantes ao longo do processo de transição e nos anos que seguirão.

A Escola Maria Rita Alves de Jesus utiliza diferentes tipos de avaliação. Inicialmente utilizamos as avaliações diagnósticas, pois configuram a base para conhecer os alunos e saber os níveis de aprendizagem destes. Utilizamos as avaliações de aprendizagem escolar durante as etapas de forma processual como uma forma de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno. Ou seja, por meio dela os professores conseguem perceber o nível de aprendizagem do aluno, o quanto do conteúdo ensinado foi absorvido, bem como analisar se eles estão conseguindo acompanhar a programação curricular.

As avaliações de aprendizagem escolar não ficam restritas a provas e avaliações escritas, vão além delas pois temos a preocupação de avaliar nossos alunos de maneira mais ampla respeitando e valorizando a subjetividade do aluno no decorrer da construção do conhecimento.

No DCRM de Anguera encontramos as habilidades elencadas aos Componentes Curriculares e as competências que contemplam cada área e que devem ser desenvolvidas na escola. Encontramos ainda os códigos alfanuméricos criados para atender as especificidades do município e de seus alunos, promovendo assim uma contextualização mais concreta e objetiva do que deve ser trabalhado.

Os códigos alfanuméricos foram criados por área, visando estar mais próximo da realidade e da vivência dos nossos alunos, por isso estes têm a terminação AN para identificar os códigos municipais. As habilidades municipais têm por objetivo trabalhar a cultura, a economia e os aspectos sociais anguerense.

Na área de Linguagem, por exemplo, as habilidades (EF69LP01AN); (EF69LP01AN); (EF07AR01AN); (EF08AR02AN); (EF09AR01AN); (EF89EF01BA); (EF09EF01AN); (EF67LI01AN); (EF67LI02AN); (EF67LI02AN); (EF67LI01AN) trabalham a linguagem regional e local, as variedades da língua falada, a valorização da cultura local a qual pertence e/ou representa, a apreciação da cultura do samba de roda do município de Anguera, a valorização da produção artesanal de seus instrumentos musicais, a integração entre a escola e a comunidade no resgate e na valorização da

cultura, contribuindo desta forma para o fortalecimento e preservação da identidade cultural do local, dentre outros.

Em Exatas, as habilidades (EF07MA01AN); (EF08MA01AN); (EF09MA01AN) buscam trabalhar números e gráficos com dados municipais, interpretar e resolver situações que envolvam dados de pesquisas sobre situações ambientais, sustentabilidade, trânsito, consumo responsável, saúde, violência e entre outros, apresentadas pela mídia do nosso município.

Em Ciências da Natureza e Humanas, as habilidades (EF08CI01AN); (EF35GE01AN); (EF06GE01AN); (EF07GE01AN); (EF09GE01AN); (EF06HI01AN); (EF09GE02AN); (EF06HI02AN); (EF07HI01AN); (EF09HIA1AN); buscam conhecer as paisagens locais, o relevo, o clima e os rios, bem como as mudanças ocorridas ao longo do tempo no município de Anguera, além de compreender a formação do município. Buscam conhecer a história de Anguera a partir da análise de diferentes tipos de registros (orais, escritos, visuais, etc.).

É necessário identificar a importância do comércio local para o desenvolvimento da cidade na atualidade, comparando com as dinâmicas comerciais e o crescimento urbano da antiguidade e da idade média. É importante, também discutir aspectos sociais do município de Anguera, por isso essas habilidades trazem questões a cercada religiosidade do lugar e, também sobre a violência contra jovens, negros e mulheres no município.

Em relação a Parte Diversificada, o DCRM também traz habilidades que orientam a prática pedagógica. A disciplina Empreendedorismo Regional e Local, por exemplo, foi introduzida ao currículo municipal com o intuito de despertar em nossos alunos a vocação empreendedora a partir dos recursos que Anguera pode oferecer. As habilidades (EF06EM12AN); (EF06EM13AN); (EF06EM14AN); (EF07EM06AN); (EF07EM07AN) trazem abordagens como a caracterização dos limites geográficos do município e sua importância para rotas comerciais, a identificação das diferentes formas de trabalho existentes no campo, destacando sua importância e seus impactos ao meio ambiente.

Além dos conceitos de sustentabilidade e ações sustentáveis que pode auxiliar os alunos na identificação do local onde vive e as situações cotidianas que necessitem de práticas sustentáveis para tentar amenizar os possíveis problemas encontrados.

5.1.3 Organizador Curricular e a Contextualização da Parte Diversificada

Ao que diz respeito a Organização Curricular e a Parte Diversificada o DCRM (2022, p. 27) nos orienta da seguinte forma:

O Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) de Anguera reconhece a importância da inserção das diversificadas no currículo, contemplando conhecimentos específicos do Município, despertando na escola uma consciência crítico-reflexiva, compreendendo que cada aluno traz uma trajetória e uma identidade a ser preservada. Desse modo, o currículo não é definido sem antes passar pelos protagonistas principais, os estudantes, para a averiguação dos seus conhecimentos prévios e da realidade que os cerca.

A Escola Maria Rita busca receber e atender seus alunos respeitando as diversidades dos mesmos, sejam elas religiosas, sexuais, étnicas e as diferentes crenças prescritas no DCRM, encontramos as habilidades e competências que devem ser trabalhadas na escola, bem como sugestões para explorar os elementos que tratam das particularidades da localidade, da cultura, da economia, etc.

O DCRM (2022, p. 394) estabelece que:

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental o DCRM de Anguera continua a garantir a parte diversificada, sugerindo-se que seja trabalhada de maneira interdisciplinar em todos os componentes curriculares. Para tanto, no ato de planejar, os professores devem identificar potencialidades locais e regionais que ofereçam contribuições aos objetos de conhecimento norteados neste documento.

A organização curricular e a parte diversificada se dão a partir da introdução do componente curricular citado no parágrafo anterior. O objetivo é promover através dele um conhecimento mais amplo do lugar que se vive e mostrar as possibilidades de crescimento dentro dele, desenvolvendo projetos de vida na escola que auxiliem nossos alunos no desenvolvimento pessoal e profissional.

Apoiados ainda nos preceitos do DCRM (2022, p. 66):

Nesse sentido, torna-se importante a escola oferecer ferramentas e recursos que auxiliem os estudantes a entenderem que suas aspirações podem ser transformadas em objetivos concretos. Associando essa reflexão ao desenvolvimento do Projeto de Vida, a escola estará agindo na formação de sujeitos preparados para os desafios apresentados pela sociedade, bem como para as oportunidades futuras do mundo do trabalho.

No entanto, o projeto de vida deve passar por todas as áreas do conhecimento, por todas as disciplinas, não apenas pela parte diversificada. Os componentes devem trabalhar de forma interdisciplinar, onde todos devem estabelecer metas e tarefas para um objetivo comum, tornar os alunos autônomos e capazes.

Em nossa Escola o componente Empreendedorismo local e regional trabalha a ênfase na cultura local e regional, o comércio local e regional e a produção rural, principalmente por ser uma escola do campo, bem como a preservação ambiental, a sustentabilidade e a agricultura familiar.

5.1.4 Transição do 9º Ano para o Ensino Médio

Os educandos do 9º Ano do Ensino Fundamental Anos Finais se preparam para ingressar no Ensino Médio, nessa passagem o aluno enfrenta grandes expectativas sobre o que virá de novo no âmbito escolar. Nessa fase de transição ocorre a passagem para outra etapa do Ensino Básico, onde os alunos vão percebendo as mudanças que terão, seja através novos componentes curriculares e uma nova instituição de ensino.

O Documento Referencial Curricular da Bahia (2022, p. 81) etapas do Ensino Médio, ao abordar sobre a transição entre essas duas etapas de ensino afirma que

No que confere à transição entre o Ensino Fundamental e o Novo Ensino Médio, o foco das atenções deve estar na garantia da operacionalização das modificações que propiciem maior engajamento, autonomia, participação e aprendizagens significativas para os/as estudantes a partir de uma maior sintonia da escola com os tempos atuais, de modo a proporcionar melhorias no rendimento escolar.

Sendo assim, a preocupação da nossa instituição é garantir que nossos estudantes tenham uma formação integral que possa garantir a sua autonomia e uma aprendizagem significativa, preparando-os para a nova etapa que é o Ensino Médio.

Os docentes da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, dialogam com estes alunos que estão terminando essa etapa do ensino básico, auxiliando e contribuindo para essa nova etapa da vida escolar, orientando, preparando e apoiando significativamente no processo de ensino e aprendizagem. Essa nova etapa da educação básica é um preparo para seguir no futuro profissional, é necessário ter o apoio também da família, pois há muitas mudanças e compromisso por parte dos alunos, a família deve dar incentivo e ser parceiros nessa nova adaptação escolar.

Um desafio da nossa escola é contribuir com a leitura e escrita desses estudantes para que haja um bom aproveitamento, somado aos obstáculos existentes na aprendizagem e frequência, a escola se esforça para que os alunos estejam focados nos estudos e que tenham adquirido as competências e habilidades exigidas na Base Nacional Comum Curricular.

Um outro aspecto importante, na nossa escola é os subsídios de apoio, nas discussões em sala de aula professor - aluno contribuindo para que a adaptação seja positiva, e que os desafios a serem enfrentados nessa fase de transição seja abordado, sanando as dúvidas.

6. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

6.1 A Política da Educação Inclusiva

A Legislação brasileira tem acompanhado o percurso de outros países no que tange a política da educação especial na perspectiva da inclusão, tem uma das Legislações mais abrangentes, equiparando-se a países mais desenvolvidos, buscando, dessa forma, assegurar a ascensão de oportunidades educacionais na Escola comum.

Nesse sentido, a Educação Especial, como modalidade de ensino que deve ser promovida metodicamente nos diferentes níveis de ensino, presta-se ao atendimento de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, preferencialmente, na Rede Regular de Ensino, com o objetivo de propiciar ao docente o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia e independência.

Foi durante a década de 1990 que importantes diretrizes para um acordo global com a concretização e a ampliação de políticas educacionais inclusivas foram ressaltadas por meio da assinatura de alguns documentos, tratados e protocolos internacionais. As Políticas da Educação Inclusiva ressaltam a importância da valorização das diferenças e de se oportunizar o acesso e permanência de todos os alunos no espaço escolar e, na garantia da permanência que todos tenham a oportunidade de consolidar saberes, os quais podem advir de experiências vividas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é um documento histórico de muita relevância e tem em seu corpo alguns Artigos que dialogam fundamentalmente com os princípios para uma Educação Inclusiva. Os dois primeiros Artigos atestam a igualdade dos indivíduos diante dos direitos e dos princípios de dignidade humana, repelindo, assim, os processos discriminatórios:

Art. 1º. Os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos;

Art. 2º. Sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra.

No Artigo 26, aparecem os parâmetros para o acesso à Educação, quando, no item 1, afirma-se que:

Art. 26. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado.

Complementado pelo item 2, que diz que:

Art. 26. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos.

A Declaração dos Direitos Humanos se estabelece como marco fundamental da história no sentido de sua democratização e visa assegurar às pessoas com deficiência os direitos à liberdade, a uma vida digna, o acesso à educação escolar, o desenvolvimento individual e social e a condição de participação na vida comunitária, sem nenhum tipo de discriminação.

Outro importante marco para as Políticas Educacionais na perspectiva da inclusão é a Declaração de Jomtiem (1990), promulgada na Tailândia, deu um importante passo para a Educação Inclusiva, apostando na Educação Básica para todos como meta viável, a partir dos seguintes princípios:

Art. 1º: “Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”;
Art. 2º: “Expandir o Enfoque”;
Art. 3º: “Universalizar o Acesso à Educação e Promover a Equidade”;
Art. 4º: “Concentrar a Atenção na Aprendizagem”;
Art. 5º: “Ampliar os Meios e o Raio de Ação da Educação Básica”;
Art. 6º: “Propiciar um Ambiente Adequado à Aprendizagem”;
Art. 7º: “Fortalecer as Alianças”;
Art. 8º: “Desenvolver uma Política Contextualizada de Apoio”;
Art. 9º: “Mobilizar os Recursos”;
Art. 10º: “Fortalecer a Solidariedade Internacional”.

Ainda no âmbito das Políticas Educacionais para a inclusão têm-se a Declaração de Salamanca (1994) que foi mais um passo decisivo na ampliação das diretrizes para a Educação Inclusiva. Os signatários do documento proclamaram que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

A inclusão é a valorização das diferentes capacidades, das condições socioeconômicas, da cultura local e das formas de vivências diversas de cada sujeito. Na busca pela valorização das diferenças, a educação da Rede Municipal de Anguera, tem oferecido o serviço da Educação Especial – o Atendimento Educacional Especializado no Centro de Recursos Multifuncionais – CRM, que atende alunos da rede regular com matrícula automatizada e articulação intersetorial, a saber, o aluno com relatório médico/especializado possui garantia de atendimento pedagógico complementar/suplementar, específicos a cada necessidade educacional, Plano de Avaliação, Plano de Atendimento Individualizado, recursos, estratégias e metodologias específicas.

Sobre a articulação intersetorial, o Município adota medidas de interlocução entre a Supervisão Pedagógica da Educação Especial, Coordenação e Gestão Pedagógica do ensino regular, Coordenação Pedagógica do Centro de Recursos Multifuncionais, Assistente Social (acompanhamento da frequência escolar e possíveis encaminhamentos médico, acolhimento do aluno e da família e acompanhamento do rendimento escolar). A interlocução visa ainda, a garantia de direito do aluno à educação inclusiva e as orientações necessárias dispensadas às famílias.

Na Rede Municipal Anguerense de ensino, trabalha-se em consonância com os documentos balizadores, temos como documento norteador principal a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei n.º 9394, de 1996) a qual garante a proposição de currículos, métodos, recursos educativos e organizações específicas para atender às necessidades do aluno, garantindo-lhe o acesso e a permanência numa escola com qualidade.

6.1.1 Concepção da Escola Inclusiva

Uma escola inclusiva tem como premissa integrar os alunos com necessidades especiais de todos os tipos em escolas regulares, por meio de um enfoque o mais humanístico possível. Tal visão compreende que cada aluno tem suas peculiaridades e que as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

Para a criação de uma Escola Inclusiva, a primeira barreira a ser vencida é a discriminação. A sociedade aparenta sensibilizar-se com o discurso da inclusão, mas na prática a realidade é bem contraditória ao discurso pregado, desde a acessibilidade nos locais físicos até a preparação da escola para receber esses sujeitos. Sujeitos esses que

estão assistidos pela Constituição Federal (1988) e muitos outros documentos que asseguram a sua permanência no sistema de ensino.

A Rede Municipal Anguerense compreende a escola como um espaço onde todos devem aprender e atingir os objetivos das aprendizagens, levando em conta as especificidades de cada aluno, isso implica em um aprimoramento dos conhecimentos de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, participando ativamente desse processo de construção.

Nesse mesmo propósito, temos como proposta incentivar as práticas pedagógicas, a formação continuada dos profissionais do atendimento especializado e da escola regular, a transmissão da cultura minoritária e das diversificações, a estimulação a construção de projeto de educação inclusiva em rede, fortalecendo cada vez mais o vínculo da escola e a família. O papel da família é importantíssimo nesse processo, pois os mesmos são fio condutor para que esses alunos tenham êxito nas suas jornadas de vida.

É importante ressaltar que não se deve ter um olhar de compaixão, ou até mesmo pena para com as pessoas com deficiência, até porque isso também se configura um modo de discriminação. O que precisamos é nos adaptar a esse sujeito para recebê-lo, ou seja, a escola regular necessita entrar nos moldes da lei e do bom senso, dessa forma, estaremos voltados para uma escola verdadeiramente inclusiva, desde ao espaço físico quebrando as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas, e atitudinais.

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - PCD (2006), publicada pela ONU e promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 6.949/2009, determina no art. 24, que os Estados reconhecem os direitos das pessoas com deficiência à educação; e para efetivar esse direito sem discriminação, com base na igualdade de oportunidades, assegurarão um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Desse modo, para o enfrentamento de todas as formas de discriminação, para o combate ao preconceito e a descaracterização das capacidades e habilidades discentes, que coloca as limitações à frente da compreensão de ser humano, de direito, de igualdade, é que a escola deve assumir a postura inclusiva e não apenas integradora. As propostas inclusivas devem ter na essência de suas intenções, no Projeto Político

Pedagógico, no planejamento didático e no próprio projeto de cidadania a que se pretende formar, pensar as mudanças transformadoras e dar novos rumos aos projetos de vida desses discentes.

6.1.2 Princípios Orientadores da Educação Inclusiva

A Educação Especial começa a sua fundamentação em princípios norteadores, de acordo com BRASIL/SEESP-MEC (1994), além de seguir os princípios democráticos de igualdade, liberdade e respeito à dignidade, a educação especial é regida por princípios norteadores, dentre eles os mais citados são: princípios da normalização, integração e individualização.

Princípio da normalização consiste em proporcionar às pessoas com necessidades especiais, as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais, assim como para qualquer outra pessoa, bem como o respeito que deve existir para com as diferenças de qualquer pessoa, respeitando-se a individualidade de cada um (AGUIAR, 2001). A ideia de normalização traz em seu bojo dupla mensagem: “[...] uma referente às condições de vida (meios) e outra à forma de viver (resultados)” (BRASIL - SEESP/MEC, 1994 p.13).

O princípio da integração visa o estabelecimento de condições que facilitem a participação da pessoa PNEE na sociedade, obedecendo aos valores democráticos de igualdade, participação ativa e respeito a direitos e deveres socialmente estabelecidos. O princípio da integração, muito estudado por três décadas (1960 até 1990) abrange todo o processo educativo. Integrar não é apenas colocar a pessoa com necessidades educacionais especiais em qualquer grupo, consiste na aceitação naquele que se insere. O ideal de integração ocorre em níveis progressivos desde a aproximação física, funcional e social até a institucional.

As diferenças individuais são valorizadas e respeitadas no princípio da individualização. Individualizar o ensino significa atender às necessidades de cada um, dar o que cada um precisa para seu desenvolvimento pleno. A individualização pressupõe, portanto, a adequação do atendimento educacional a cada um, respeitando seu ritmo e características pessoais. Desde a década de 90, as pesquisas em educação especial têm enfatizado a inclusão.

A inclusão determina que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades comuns, embora adaptadas para atender as diferenças individuais, seja nos centros de recursos como na escola regular. Nesse sentido, Maturana e Varela (1995, p. 34) afirmam que:

[...]refletir na condição humana como uma natureza cuja evolução e realização está no encontro do ser individual com sua natureza última, que é o ser social. Portanto, se o desenvolvimento individual depende da interação social, a própria formação, o próprio mundo de significados em que se existe é um função do viver com os outros. A aceitação do outro é então o fundamento para que o ser observador ou autoconsciente possa se aceitar plenamente a si mesmo.

A Sociedade é fruto da coexistência da multiplicidade dessas singularidades, e para que os indivíduos possam ser respeitados, é preciso que sua identidade seja garantida e valorizada tanto nos aspectos estritamente particular, quanto no aspecto público, ou seja, na sua pluralidade como cidadão. Assim, é fundamental que essa superação se dê, também, a partir de práticas públicas, que abracem esses princípios como habituais e rotineiros.

6.1.3 Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva

A Nova Política de Educação Especial (PNEE) 2020, foi lançada em setembro de 2020 por meio do Decreto 10.502. Entretanto, tal política já existe há muito tempo, e originária de vários outros documentos e legislações que visam a educação inclusiva como prioridade.

A própria educação já passou por vários processos no mundo e no Brasil, começando pelo processo de exclusão, onde a escola era somente para os meninos e famílias abastadas. Depois, ela passa por uma democratização, onde a escola passa a ser para “todos”, mas ainda sim excluía as pessoas com deficiência, pois eram consideradas impróprias para aquele ambiente escolar.

Posteriormente, inicia-se a segregação, que são as instituições para pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva, não permitindo a estas o direito à educação como todas as demais pessoas. E então a escola passa pelo processo de integração, que ainda existe no Brasil, marcada principalmente pelas classes especiais, que estavam prestes a serem extintas, uma vez que elas ainda são excludentes, pois as crianças com deficiência estão dentro de uma escola regular, mas colocadas em uma classe distinta, independente de faixa etária.

E por fim, inicia-se o processo de inclusão, que de fato é a escola para todos sem distinção de classe, gênero, características pessoais, físicas, intelectuais, entre outras, sendo ideal para nossa educação e sociedade. No Brasil, já temos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em que seu documento define a Educação Especial como: “uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas, e modalidades, e realiza atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos e serviços e orienta quanto à utilização deles no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular”.

E ainda descreve a função do Atendimento Educacional Especializado como: “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas”.

O Centro de Recursos Multifuncionais nesse sentido deve ter como diretrizes metodológicas:

*A oportunização do reconhecimento da capacidade de cada indivíduo, e, incentivar a autonomia pela independência;
Estimulação das funções cognitivas integradas às executivas na busca pela superação das limitações intelectuais;
O incentivo a construção do projeto de vida e a realização pessoal de cada sujeito.*

No que tange o atendimento especializado, a proposta das diretrizes operacionais resguardam a importância do atendimento educacional especializado que se dá de forma individualizada, garantimos o tempo mínimo de 01 (uma) hora de atendimento ou, em pequenos grupos quando possível e em especial em momentos de promoção da interação/socialização.

O atendimento é feito no turno oposto ao do ensino regular, a Secretaria de Educação disponibiliza o transporte de apoio para alunos oriundos de comunidades do campo, ou seja, tenta-se atingir a todos que necessitam desse atendimento, por meio das políticas públicas vigentes. O diálogo permanente entre os profissionais do ensino regular e do Centro de Recursos é de primordial importância.

O Projeto Político-Pedagógico vêm a ser uma ferramenta de valor imensurável, pois aqui descrevemos não só o que já temos como aquilo que intentamos, como principal diretriz do mesmo, se faz necessário uma revitalização urgente da Educação Inclusiva, onde possamos apreciar dentro do Centro de Recursos Multifuncionais e até

mesmo dentro das escolas regulares, equipes multidisciplinares como: Psicólogos, Psicopedagogos, Fonoaudiólogos, Terapeuta Ocupacional, Neuropediatra, Neuropsicólogo, Neuropsicopedagogo e Fisioterapeutas.

Precisamos olhar para um futuro viabilizador, com a esperança de ter um espaço adequado para os atendimentos, formações e encontros com a finalidade de integração e participação da comunidade como um todo. Somos responsáveis por criar um espaço socializador e acolhedor, por isso a conversa entre as escolas regulares de ensino e o Centro de Recursos Multifuncionais deve ser uma constante, pois as informações que são trocadas passam a ser enriquecedoras para o crescimento tanto dos profissionais envolvidos nesse processo, quanto dos educandos com algum tipo de deficiência.

6.1.4 Diretrizes e Indicadores da Avaliação

Segundo o DCRB (2020) para uma efetiva aprendizagem e sucesso das práticas pedagógicas em uma escola que se orienta pela marca da inclusão, o currículo deve ser apoiado por componentes específicos do Atendimento Educacional Especializado tais como:

Ensino do Sistema Braille
Técnicas de Soboran
Orientação e Mobilidade
Educação Física Adaptada
Aulas de Atividade da Vida Autônoma
Ensino do Uso de Recursos de Tecnologia Assistiva
Ensino da Língua Brasileira de Sinais
Intérprete de Libras/Língua Portuguesa
Guia Intérprete para Surdo-cegos
Estratégias para o desenvolvimento dos processos mentais
Ensino do uso de recursos ópticos/não ópticos

As atividades desenvolvidas pelos estudantes com algum tipo de deficiência em sala de aula podem ser adaptadas, desde que o currículo tenha sido adequado, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve avaliar esse aluno em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Sendo assim, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos que estão sendo usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar mediante as suas especificidades. Não podemos deixar de lembrar de considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas para que uma avaliação justa seja feita para além da deficiência que o mesmo é

portador. Tudo isso pode parecer utópico, porém a educação é feita dessa forma, primeiro idealizamos, para podermos concretizar.

6.2 A Política de Educação do/no Campo

6.2.1 Concepção da Educação do/no Campo

É importante esclarecer que o Conselho Estadual de Educação-CEE por meio da resolução nº 103 estabelece em seu Art. 1º que a escola do campo não é definida apenas pelo critério geográfico que separa o espaço urbano do espaço rural, mas sim, pelo critério dos sujeitos do campo, ou seja, a quem se destina a educação. O Art. 1º define a escola do campo da seguinte forma: “entendidas como unidades de ensino situadas na área rural, caracterizada conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE ou aquelas situadas em áreas urbanas, desde que atendam prioritariamente as populações do campo”. (BAHIA, 2015, p. 1).

Assim, concebemos que há a Educação Rural aquela que fundamenta-se nos currículos oficiais colocando o campo como o lugar do atraso e a Educação do Campo que valoriza a identidade dos sujeitos do campo bem como condiciona a base educacional aos conhecimentos e demandas oriundos dos particularidades da população rural.

Nossa escola compõe o grupo de instituições vinculadas ao Município de Anguera que fomenta dentro das suas possibilidades a denominada Educação do/no Campo, tendo em vista a sua localização na zona rural. Assim, levando em consideração o contexto de Educação do/no Campo concebemos que a Educação do/no Campo vai muito além da localização espacial das instituições de ensino.

A Educação do Campo, é fruto de diversas lutas, as quais resultaram em conquistas importantes que visam as transformações sociais e criação de políticas públicas específicas para a Educação do Campo, que buscam transcender a visão limitada do campo como local da produção de alimentos, pois o meio rural abrange também as dimensões culturais, sociais, históricas, econômicas e outras culturas como a agricultura familiar, indígena e quilombola, favorecendo assim, o reconhecimento identitário dos estudantes e de seus ancestrais.

Pautados no pensamento de Fernandes (2002a, p. 67) adotamos a seguinte concepção de Educação do/no Campo:

A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural.

De tal modo, acreditamos que é preciso levar em consideração a necessidade da inserção de um ensino do/no campo de qualidade capaz de contribuir com o desenvolvimento dos educandos e conseqüentemente do contexto no qual estão inseridos, visando de fato a formação dos sujeitos do campo aliado a valorização sociocultural e histórica de cada educando que integra o nosso ambiente escolar, respeitando ainda seus espaços, seus tempos e seus saberes construídos ao longo do tempo.

Em 1996, o então presidente, Fernando Henrique Cardoso, aprovou uma nova LDBEN por meio da Lei n. 9394/96 que, em seu artigo 1º, determinou que “A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996, p.4).

Assim, pautados nos preceitos da LDBEN buscamos ofertar um ensino pautado, não só nos objetos do conhecimento que emanam dos documentos curriculares referenciais (DCRM, DCRM, BNCC), que norteiam nosso fazer pedagógico, mas buscamos inserir também junto aos demais conhecimentos os saberes de vida dos nosso educandos, os saberes que emanam das relações familiares e sociais com o intuito de formar seres humanos capaz de reconhecer o seu valor enquanto sujeito social, capazes ainda de contribuir com a transformação do seu meio social.

Dessa forma, buscamos colocar em evidência a relevância da valorização dos saberes populares locais, que permeiam a memória da nossa comunidade local. Além disso, colocamos nas rodas de discussões os saberes acumulados historicamente pelos sujeitos do campo, através da realização de pesquisas, entrevistas e apresentações feitas pelos educandos com o intuito de enfatizar e valorizar as histórias de vida dos seus antepassados, produzindo assim o conhecimento de si para que possam consolidar da melhor forma possível sua construção identitária.

Contudo, ainda não conseguimos alcançar verdadeiramente os moldes e as especificidades metodológicas, temporais e avaliativas que configuram de fato a Educação do/no Campo. Porém de forma gradual, mediante a escrita deste PPP, das nossas formações sobre o tema supracitado, sediado pela Secretaria Municipal de Educação de Anguera, bem como a partir das vivências experienciadas no contexto educacional estamos caminhando em direção à uma educação que de fato contribua com a formação integral dos sujeitos do campo, por muito tempo marginalizados e desvalorizado por fatores historicamente arraigados.

Compreendemos que a relação entre os saberes do campo e os processos de ensino e aprendizagem precisam alinhar-se de forma intrínseca, pois a Educação do/no Campo tem o papel de incluir e dar voz aos sujeitos que por muitos anos foram silenciados e colocados à margem pela sociedade elitista e excludente.

A Educação do/no Campo tem a função de transcender aos aspectos que competem ao desenvolvimento das competências e habilidades dos objetos do conhecimento colocados em voga no atual contexto, carecemos de ir além, de imergir nas dimensões sociais, históricas e culturais dos nossos educandos, para que estes possam se apropriar das suas singularidades e pluralidades com orgulho.

6.2.2 Princípios Orientadores da Educação do/no Campo

A educação se constitui como elemento fundamental no processo de formação do ser humano enquanto sujeito social, propagadora dos diversos tipos de conhecimento, com vista na resolução de conflitos, aberta ao desconhecido, ao diferente e a valorização dos sujeitos e dos saberes constituídos e ressignificados ao longo do tempo. Desse modo, a educação do campo constitui-se de elementos singulares e plurais que estão para além das dimensões citadas acima, pois, além disso, as instituições e os sujeitos que lhes da forma, carecem não apenas de uma reparação histórica, mas também do reconhecimento enquanto agenciadores do conhecimento cultural, local, histórico e social.

A Educação do Campo surgiu das lutas dos sujeitos do campo com o intuito de romper com alguns paradigmas construídos historicamente através das concepções de ensino provenientes da educação urbana, que ainda permeiam a realidade das escolas nos dias atuais. Assim, nossa escola prega como princípio a valorização dos sujeitos do campo, enfatizando a relevância histórica da sua cultura ao longo do tempo bem como

suas contribuições formativas no que concerne a manutenção da vida em sociedade através do trabalho em regime de colaboração.

Além disso, articulamos o desenvolvimento do ensino dos objetos do conhecimento aos ensinamentos de vida e pra vida, buscando incutir nos nossos o respeito a seus ancestrais e diante das contribuições suscitada pelos mesmos com a intenção de a torná-los críticos e consciente de sua própria identidade, buscando romper com as ideias preconceituosas, com a falta de respeito aos sujeitos do campo, com suas origens e histórias de vida construída com tanta sabedoria e esforço.

Tendo em vista a importância das lutas travadas ao longo dos anos e das conquistas até aqui alcançadas primamos pela construção de um currículo pautado na valorização dos saberes locais, na emancipação dos sujeitos do campo, nos aspectos que enaltecem o trabalho do campo na construção de valores e nas particularidades que cercam o universo rural, colocando em voga os elementos que fundamentam.

No artigo 2º do decreto 7.352/2010, a definição dos princípios da educação do campo assegura que: respeito à diversidade do campo em seus aspectos diversos; incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares; desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação; valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos e controle social da qualidade da educação escolar. Diante do que está proposto no artigo citado, percebe-se as proposições defendidas pelos movimentos sociais sendo contempladas na lei.

Além da ruptura das ideias de que o campo é o espaço marcado pelo atraso, com a ruptura dos paradigmas, e fomentamos discussões em torno da importância de colocar as crianças e jovens como protagonistas no processo de ensino e aprendizagem suscitando questões dos diversos campo do conhecimento que venham desaguar na constituição de sujeito conscientes de sua representação no mundo.

Essa referida modalidade de ensino, voltada para a educação da população rural está prevista com adaptações necessárias à vida no campo, ou seja, todas as adequações devem ser avaliadas e programadas a partir das realidades rurais, cada escola precisa se familiarizar e atender as demandas decorrentes tanto no contexto escolar quanto no contexto social, cultural, etc.

O Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera (2022, p. 39), prega que:

O princípio da Educação do Campo é a inclusão e o reconhecimento dos sujeitos do campo como cidadãos do processo educacional e de sua própria identidade. Assim, sua essência pedagógica e metodológica deve ser específica para pessoas do campo em seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento das diversas áreas de ensino. Sendo assim, os aspectos pedagógicos e metodológicos devem considerar o perfil de cada educando, levando em consideração suas vivências e seu contexto histórico.

Seguindo esse princípio, a Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, já aplica algumas atividades teóricas e práticas com a temática do campo, porém a partir da reformulação do nosso projeto político-pedagógico, percebemos a necessidade de ampliar e adequar nossa prática educativa à realidade do campo, tanto através da adoção de metodologias próprias para o espaço rural quanto através das questões formacionais que carecem nossos docentes para que possam repensar suas práticas metodológicas.

Além disso, nosso trabalho fundamenta-se no respeito, na valorização dos indivíduos do campo, com o objetivo de qualificá-los enquanto ser humanos atuantes do seu contexto social com o intuito de abranger a comunidade em torno da escola, pois acreditamos que a educação transcende o ambiente escolar.

Diante do que está determinado desde a criação da modalidade de Educação do Campo, voltada para os indivíduos do campo, sabemos da necessidade de termos profissionais com um perfil que atenda as demandas e as dimensões dos processos que envolvem a Educação do Campo, sendo assim, um dos nossos objetivos presentes em nosso plano de ação pretende garantir a preparação para todos aqueles que estão envolvidos na formação dos nossos estudantes, desde o agente de portaria, auxiliares de serviços gerais, agentes de merenda escolar, até os nossos professores.

Por isso, pautamos nosso trabalho educativo nos preceitos da lei, mais especificamente na resolução Nº 103, de 28 de setembro de 2015, promulgada pelo Conselho Estadual de Educação (2015, p. 2) que estabelece em seu Art. 4º. os princípios da Educação do Campo:

I - compreensão do trabalho como princípio educativo e da cultura como matriz do conhecimento;
II - respeito à diversidade da população do campo em todos seus aspectos;
III - garantia da definição de projetos educativos com pedagogias condizentes às condições e aos anseios das populações do campo;

IV - reconhecimento das unidades escolares como espaços públicos de ensino e aprendizagem, produção de conhecimento e articulação de experiências de vida dos educandos;

V - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento às especificidades, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

VI - valorização da identidade da escola por meio de projetos político-pedagógicos com organização curricular e metodológicas adequadas às necessidades dos educandos e comunidades do campo;

VII - flexibilização na organização escolar, visando à adequação do tempo pedagógico, à definição do calendário, os processos de organização de turmas, sem prejuízos das normas de proteção da infância contra o trabalho infantil; e

VIII - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais relacionados às questões do campo, na gestão da escola.

Obedecendo o que determina o decreto, a nossa instituição ao entender que cada estudante é um ser único com suas particularidades, busca por meio de nossas práticas pedagógicas respeitar as diversidades, sejam elas, políticas, religiosas, racial, social, entre outras. A partir da reformulação do Projeto Político-Pedagógico e da construção do nosso plano de ação, visamos promover diálogos e elaborar projetos de conscientização de respeito às diferenças, bem como estimular nosso corpo docente a trabalharem a temática em suas aulas.

Nossas atividades começarão a serem repensadas para atender as especificidades da Educação do/no Campo, como determina as diretrizes próprias dessa modalidade, para que em consonância com a Base Nacional da Educação, nossos estudantes consigam, a partir de suas experiências, desenvolver-se social, e economicamente e com base na promoção de políticas de formação profissional, prepara-los para o mercado de trabalho considerando as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo.

Nosso PPP está sendo reelaborado pensando nas adequações voltadas para as particularidades do campo que serão necessárias implementar em nossa unidade escolar. Entre essas modificações, estão a flexibilização do calendário escolar baseado nas condições climáticas e nos ciclos de plantação e colheita, e assim diminuir os problemas relacionados à falta dos estudantes nos períodos citados não prejudicando o aprendizado do aluno.

Sempre promovemos ações que envolvem a participação de toda a comunidade local e os movimentos sociais presentes na região, e a exemplo citamos a Feira Social, que trouxe várias especialidades de saúde para atender toda a sociedade e

promovemos uma feira voltada para a venda de produtos oriundos da agricultura familiar da região, tudo para estreitar os laços entre escola e comunidade.

6.2.3 Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação do/no Campo

Com os avanços nas concepções de ensino e com o advento das políticas públicas educacionais, a educação do campo vem agregando conceitos, metodologias e especificidades que contribuam de fato na promoção de um ensino pautado nas subjetividades dos sujeitos do campo e na valorização dos mesmos.

Durante o processo de elaboração deste item, realizamos, reuniões, encontros formativos, leituras compartilhadas, seminários dentre outras ações com o objetivo de promover a participação dos diversos segmentos da nossa instituição ao longo da nossa inserção no ambiente escolar, colocando em voga as especificidades dos nossos educandos, os saberes local, a cultura, sem deixar à margem os objetos do conhecimento de cada componente curricular bem como suas possibilidades interdisciplinares com foco na formação integral dos nossos alunos.

Desse modo, ao discutir as metodologias de ensino da educação do Campo da nossa escola, buscamos trilhar caminho que tencionam pelo respeito e pela valorização das particularidades advindas desta modalidade de ensino, desenvolvemos ainda metodologias próprias da nossa instituição a partir do convívio com a comunidade externa de modo a melhorar e contribuir com os processos de ensino e aprendizagem dos nossos educandos.

Teceremos abaixo alguns métodos específicos realizados pela nossa escola, buscando apreender teoria e prática no contexto da educação do campo:

- ✓ Nosso espaço pedagógico amplia-se para além da sala de aula, pois realizamos atividades na área externa, na horta, nas proximidades da escola, no laboratório de informática, e na sala de leitura associando as competências e habilidades prevista pela BNCC aos conhecimentos locais, aos saberes regionais, as crenças locais e a cultura predominante do contexto rural no qual nossa escola está inserida;
- ✓ Ao elaborar as atividades articulamos os objetos do conhecimento aos saberes locais, às cantigas, aos festejos locais, datas comemorativas, histórias e estórias que compõem a formação da comunidade e do entorno dos quais emanam nossos educandos;

- ✓ Buscamos incluir nas discussões em sala aula assuntos referente às políticas públicas que concerne aos direitos e deveres bem como a fundamentação da educação do campo para que nossos jovens refletiam sobre a sua inserção no contexto educacional e para além enquanto sujeitos questionadores e participativos;
- ✓ Colocamos em evidência a valorização local e cultural dos nossos educandos, incentivando para que os mesmo busquem pelo conhecimento de suas histórias e tomem conhecimento das lutas travadas pelos seus ancestrais para que do mesmo modo siga lutando em busca de melhores condições de vida para si e para as gerações futuras;
- ✓ Construir efetivamente, com todos os que vivem naquele local, naquele tempo concreto, outras formas de planejar, propor e executar as ações de desenvolvimento para que a vida possa ser vivida a seu tempo, com a criação de novas possibilidades;
- ✓ Seguimos os documentos curriculares referenciais da Bahia, do nosso município de Anguera e BNCC, contudo, sempre buscamos organizar e adequar nossas práticas e atividades às particularidades locais e regionais;
- ✓ Buscamos enaltecer a cultura local, colocando em evidência a realidade e o contexto onde vivem os nossos educandos, suas famílias e a comunidade como um todo, com o intuito de promover uma reflexão acerca dos elementos que merecem o devido reconhecimento além de fomentar discussões em torno da crítica sociopolítica como mecanismos de reparação históricas com vista a melhores condições de vida;
- ✓ Enfatizamos ainda o desenvolvimento das relações entre os educandos com o intuito de que esta ação desague nas vivências em sociedade, nas relações de trabalho e nas necessidades dos sujeitos envolvidos.

Como em qualquer outra modalidade de ensino buscamos inserir no nosso ambiente escolar variadas metodologias com foco no desenvolvimento pleno do aluno, colocando em voga suas peculiaridades já conhecidas, levando em conta as necessidades dos estudantes, e acima de tudo proporcionando a permanência no espaço escolar rural. Para anteder a essas e outras necessidades, propomos os seguintes encaminhamentos metodológicos:

- 1- Acolhimento dos pais/responsáveis para informar acerca da importância da participação dos mesmos na vida escolar dos filhos dentro de suas possibilidades, pois temos responsáveis analfabetos e, portanto, não consegue orientar seus filhos no desenvolvimento das atividades, mas orientamos o acompanhamento, o incentivo dos mesmos como elemento de apoio;
- 2- Ofertar Oficinas sobre o plantio, o cultivo, o manejo com terra, trabalhando com rótulos e embalagens, esclarecendo sobre os aditivos químicos, os danos que os mesmos podem causar ao meio ambiente, com vista na alimentação cotidiana;
- 3- Visitas e entrevistas juntos aos órgãos públicos municipais que fomentam a manutenção da agricultura familiar em nosso município, a exemplo da Secretaria de Desenvolvimento do meio Ambiente e da Agricultura e da cooperativa da produção familiar de Anguera;
- 4- Fazer o resgate das práticas de mutirão na época de colheita, batatas de feijão e milho, construção de casas, etc.– trazemos pessoas da comunidade para dar depoimento na escola;
- 5- Promover o resgate das expressões locais próprias, fazendo análises dentro das gerações, estabelecendo a diferença da linguagem formal e informal, porém trabalhando a valorização das duas linguagens, informando sobre o preconceito linguístico para que não aceitem tal premissa;
- 6- Trabalhar com a concepção de Mercadinho – distinguindo os produtos industrializados, esclarecendo acerca do consumismo, os custos de vida em determinadas regiões, valor nutricional dos alimentos, etc.;
- 7- Esclarecer acerca da questão do Trabalho, da sua importância relacionando ao que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, orçamento Familiar do Campo por meio de levantamento de dados, confrontando com a cidade;
- 8- Resgatar os talentos da comunidade como trovadores, violeiros, artesãos, contadores de histórias convidando-os para a escola, buscando valorizar as datas festivas;
- 9- Realizar práticas agroecológicas com o apoio da horta presente em nossa escola, da comunidade, da secretaria de desenvolvimento do nosso município, além de suscitar questões sobre a recuperação do solo.

6.2.4 Avaliação da aprendizagem

Ao longo da História, a Educação do campo foi por muito tempo marginalizada, tratada de forma inferiorizada e como afirma ARROYO (2010) silenciada, tratada como uma educação assistencialista e higienizadora. No contexto da Educação do Campo é necessário que haja uma preocupação voltada para o que dizem os dispositivos legais em relação ao sistema de avaliação dessa modalidade, analisando as especificidades do público do campo e deixando de ter como referência a educação tradicional urbana, que “tem a função de exame, pois valoriza os aspectos cognitivos com ênfase na memorização; a verificação dos resultados se dá através de provas orais ou escritas, nos quais, os alunos devem reproduzir exatamente aquilo que lhe foi ensinado” (LUCKESI, 2003 p. 16).

Partindo desse pressuposto, o processo avaliativo da Educação do Campo, deve ter uma função formativa considerando o protagonismo dos diferentes sujeitos, bem como todo o processo educativo e não apenas o resultado quantitativo baseado nas avaliações tradicionais, pois o espaço do campo está em constante transformação e a educação dos seus sujeitos deve atender suas especificidades.

Na educação do Campo, a avaliação não deve ficar restrita às avaliações tradicionais as quais são colocadas em pauta apenas os conteúdos comuns, mas as práticas do campo e os conhecimentos individuais dos estudantes podem e devem ser levados em consideração durante a avaliação, perpassando as experiências vividas dentro e fora das salas de aula.

A Escola Maria Rita apesar de seguir o currículo tradicional da Educação Básica, trabalha as particularidades da região a qual se insere e dos seus sujeitos contextualizando as suas avaliações e sabe da importância e da necessidade de readequar as suas condutas avaliativas. O processo de reelaboração do Projeto Político-Pedagógico da nossa instituição escolar nos levou a repensar as nossas práticas, visando adequá-las às necessidades e aos conhecimentos de vida dos estudantes do campo.

Utilizando como base as Diretrizes Nacionais da Educação do campo vemos que essa modalidade de ensino, por ser fruto de mobilização do povo do campo e de movimento sociais que lutam por políticas educacionais que garantam que as escolas não sejam apenas espaço de reprodução de conhecimento, mas que a partir dos

conhecimentos prévios dos nossos estudantes, se constitua de um espaço de produção de conhecimentos tomando como referência seu próprio contexto de vida.

Apesar da nossa escola ser da modalidade do Campo, ainda não implementamos o que é determinado pelas diretrizes da Educação do Campo para a avaliação. A Escola Maria Rita segue o currículo padrão do município, no qual o ano letivo está dividido em três etapas (Trimestrais). Ao longo das etapas, são aplicadas avaliações escritas (Testes, provas, atividades diagnósticas, avaliativas, pesquisas e trabalhos escritos) e orais composto por Apresentação de seminários. Sabendo da necessidade de adequação do nosso sistema avaliativo ao que sugerem as diretrizes educacionais específicas para essa modalidade, pretendemos realizar as mudanças necessárias para que a Educação seja aplicada em sua totalidade em nossa instituição.

6.3 A Política Da Educação de Jovens E Adultos

A Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida enquanto processo de formação humana plena que, embora instalado no contexto escolar, deverá levar em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos que se colocam como principais destinatários dessa modalidade de educação. Conseqüentemente, a EJA orienta-se pelos ideários da Educação Popular: formação técnica, política e social. Para Freire (2001, p. 15), o conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção da Educação Popular, na medida em que a realidade vai fazendo exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e educadoras.

A política de Educação de Jovens e Adultos no município de Anguera foi instituída em 2000, por meio do Parecer 11, aprovado pela Câmara de Educação Básica, regulamentaram-se as Diretrizes Curriculares para a EJA, que qualifica a Educação de Jovens e Adultos e define suas funções: reparadora, equalizadora e qualificadora. Soares (2002) descreve cada uma das funções da EJA, esclarecendo o que se encontra no Parecer 11 (Brasil, 2000, pp. 34-41).

A função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano (p. 34). (...) A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados, encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no

mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura de canais de comunicação (p. 38). (...) Essa tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora.

Nesse sentido, para a garantia do direito dos jovens e adultos à Educação Básica, é preciso ter a educação como dever político, como espaço e tempo propícios à emancipação dos educandos e à formação da consciência crítico-reflexiva e autônoma.

Através da portaria 013/2010, o município de Anguera regulamenta a oferta do Ensino Fundamental através da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, tendo em vista a necessidade de combater a distorção idade x série e considerando o direito fundamental de todos à educação, com identidade própria para atendimento à demanda educacional de alunos diferenciados em relação à idade, cultura, experiências de vida e de trabalho.

6.3.1 Concepção da Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) guarda na sua gênese o vínculo com a educação popular, ficando, por muito tempo, compreendida como uma ação destinada a determinados grupos sociais, assim como, associava-se a intervenções educativas geradas por ações políticas e projetos de temporalidade definida. Assim como citado neste documento esta modalidade de ensino foi ofertada no município de Anguera no ano de 2009, e a denominação (EJA) ao longo dos tempos passam por alterações conforme a necessidade municipal local que tange a educação, atualmente denominada como Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é caracterizada como modalidade da Educação Básica que se destina àqueles que não tiveram acesso ou condições de dar continuidade nos estudos na idade própria, constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 37.

O Parecer CEB Nº 11/2020, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 10/05/2020, considera que a EJA tem como concepção o resgate de uma dívida social de herança colonial negativa, causada pela formação hierárquica da sociedade brasileira historicamente excludente.

A este respeito o CEB (2020, p. 5) estabelece que:

[...] a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenha sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea.

Partindo dessa premissa, a EJA ofertada na rede de Ensino do Município de Anguera busca colaborar com a redução do analfabetismo, disseminação do letramento, e oportunizar jovens que necessitam conciliar o estudo com o tempo de trabalho, buscando despertar a autoestima em adultos e idosos. Além disso, a oferta de turmas da EJA deve considerar as especificidades dos alunos, as diferentes realidades e condições de vida e trabalho.

Nesta concepção, a rede Municipal de Ensino de Anguera orienta a abordagem de temas transversais no planejamento escolar. Nessa tendência, os temas abordados se tornam geradores de aprendizagens, a partir de procedimentos pedagógicos investigativos, incentivados pelos docentes aos estudantes.

Freire (2005, p. 101) pontua que:

[...] É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação. O momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos Universo Temático do povo ou o conjunto de seus temas geradores.

Dessa forma, para melhor compreender os sujeitos da EJA que fazem parte do CEJA, alguns questionamentos são pertinentes e imprescindíveis às descobertas desta modalidade de ensino: Quem são estes alunos? Quais são suas experiências? Que fatos históricos estão vivendo no momento? Como eles aprendem? Desta forma, é possível compreender a necessidade de se debater sobre questões que envolvem a EJA tal como a ação do professor a fim de que ao aluno seja possível entrar em contato com o que lhe possibilite modificar a conduta em função dos seus objetivos.

Várias são as concepções que giram em torno da constituição da EJA desde a sua primeira iniciativa na década de 40 até os dias deste novo século quando se vivem todas as perplexidades, desafios e incertezas que o acompanham, principalmente advindos do contexto pandêmico.

6.3.2 Princípios Orientadores da Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica com identidade própria, pautada nos fundamentos conceituais representados pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade, e pelas funções reparadora, equalizadora e qualificadora, que visam a garantir uma oferta de qualidade aos alunos.

No CEJA, a política de educação aos jovens, adultos e idosos realizam desafios resgatando compromisso histórico e cultural da sociedade anguerense contribuindo para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social, fundamentada na construção e exigências legais definidas na proposta curricular.

A Constituição Federal do Brasil/1988 incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF. Art. 205). Retomado pelo Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. Assim, a Educação de Jovens e Adultos e Idosos, modalidade estratégica do esforço da Nação em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada.

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 04 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático- escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Contudo, a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 208, assegura a educação de jovens e adultos como um direito de todos: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Em linhas gerais, o CEJA é orientado pelos documentos oficiais da EJA orienta-se pelos princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania; do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Desse modo, Saltini (2008, p. 29) aponta que:

A educação abre caminhos e tornando-se gente, o indivíduo qualifica-se como um ser social pronto para contribuir para o seu país e também para a sociedade. Um ser livre que busca, critica, renova, entende, pensa e possui estrutura necessária para integrar-se à sua família e ao seu Estado. Enfim ele é um ser que se relaciona em cooperação e desafios principalmente em competições.

Com a necessidade de concluir seus estudos jovens e adultos que mesmo dedicando grande parte do tempo ao trabalho durante o dia, fazem a opção de estudar a noite. Assim como afirma Saltini, por meio do estudo a educação no (CEJA) possibilita novos direcionamentos para vida dos indivíduos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) que, trata da educação de jovens e adultos no Título V, capítulo II como modalidade da educação básica, superando sua dimensão de ensino supletivo, regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental.

Em seu Artigo 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

- ✓ Parágrafo 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames;
- ✓ Parágrafo 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.
- ✓ Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000) - devem ser observadas na oferta e estrutura dos componentes curriculares dessa modalidade de ensino, estabelece que:
- ✓ Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

Ainda como princípio orientador a Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do poder público que

conduzam à erradicação do analfabetismo (art. 214, I). Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade. Os déficits do atendimento no ensino fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório.

6.3.3 Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos

De acordo com o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) do município de Anguera/BA, é imprescindível a importância de um currículo diversificado para todas as modalidades de ensino, inclusive a EJA, objetivando formar cidadãos aptos a serem agentes de transformação social. Em consonância com o DCRM a regulamentação da oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de acordo com a portaria 013/2010 do município de Anguera orienta:

Art. 3º - A proposta pedagógica da Educação de Jovens e Adultos baseia-se na especificidade dos tempos humanos da juventude e da fase adulta.

§ 1º - A Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida enquanto processo de formação humana plena que, embora instalado no contexto escolar, deverá levar em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos que se colocam como principais destinatários dessa modalidade de educação. § 2º - A Educação de Jovens e Adultos se orienta pelos ideários da Educação Popular: formação social, política e profissional.

Dessa forma, aqui no CEJA, a concepção de ensino da EJA parte do princípio na perspectiva da educação popular, pois em sua essência ela tem operado transformações metodológicas muito significativas. Uma vez que a concepção tradicional da EJA assume um significado compensatório, assentado em uma visão preconceituosa sobre o jovem e adulto das classes populares, as práticas bancárias na EJA têm sido marcadamente prescritivas, mecânicas, repetitivas, autoritárias e, por vezes, infantilizadoras.

Ao contrário disto, a educação popular pugna pela valorização das experiências de vida e dos saberes dos jovens e adultos, pelo diálogo entre educador e educando, pela relação entre os saberes científicos e populares, pela adoção de metodologias ativas, críticas, criativas, investigativas e problematizadoras.

Nesse sentido, a fim de explorar melhor algumas dessas questões, é importante destacar três diretrizes pedagógicas freireana que devem ser adotadas na EJA: a pesquisa, o diálogo, a problematização. *A pesquisa* na EJA, como em outros níveis e

modalidades de ensino, é preciso que o educador tenha uma postura de pesquisador e incorpore a pesquisa como um princípio estruturante do trabalho pedagógico.

Em seu livro, *Pedagogia da Autonomia*, Freire (1996, p. 29) define a pesquisa como um dos saberes necessários à prática educativa libertadora:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

A pesquisa pode também mobilizar propostas pedagógicas na EJA que levem os educandos a assumirem posturas mais ativas na construção do conhecimento. Estratégias que incentivem os estudantes a pensar, a produzir conhecimento e a elaborar hipóteses sobre a realidade devem ser estimuladas, tais como pesquisas de campo, seminários, levantamentos bibliográficos e documentais, construção do próprio material didático, etc.

O *diálogo* é uma categoria central em toda a produção intelectual de Paulo Freire. A perspectiva dialógica gera uma crítica ácida ao que Freire (1987) chamou de educação bancária, que, fundamentada na teoria antidialógica da ação, não oferece possibilidades aos educandos de se expressarem, logo, seus conhecimentos e suas culturas são também negados. Na educação dialógica, ao contrário, o saber não reside unicamente no professor, porque a compreensão crítica da realidade social nasce da comunicação, do encontro entre sujeitos que buscam juntos a razão de ser dos fatos.

Na EJA, os educadores se relacionam com sujeitos experientes e que possuem uma sabedoria forjada no trabalho, na vida comunitária, na luta pela existência. Se os educadores optarem por lidar com estes sujeitos de modo a negar suas experiências e seus conhecimentos, certamente verão emergir conflitos muito difíceis de serem trabalhados e o diálogo não poderá ser estabelecido. Ao contrário, cabe ao educador adotar uma postura dialógica em sala de aula, uma escuta sensível e atenção aos seus dizeres e fazeres cotidianos.

A *problematização* é outra categoria do universo pedagógico e metodológico de Freire (1987, p. 57), relacionada ao esforço conscientizador, é a problematização, entendida como “a reflexão que alguém exerce sobre um conteúdo, fruto de um ato, ou sobre o próprio ato, para agir melhor, com os demais, na realidade”. Por isso, a tarefa do

educador, ao invés de ser a transmissão do conhecimento já produzido, é a de problematizar com os educandos o conteúdo que os mediatiza.

Nessa perspectiva os educadores do CEJA vem desenvolvendo propostas pedagógicas de acordo com Temas Geradores e Subtemas que conduzem seus educandos a problematizarem a realidade em que vivem, contribuindo, deste modo, para um processo de conscientização forjado na luta pela justiça social, pela igualdade de direitos e pelo respeito às diferenças.

6.3.4 Diretrizes e Indicadores da Avaliação

As Diretrizes Curriculares para a EJA devem ser entendidas como parte de um processo dialógico, da prática pedagógica dos educadores, da sua permanente formação, e devem assegurar os espaços fundamentais de reflexão, reescrita e atualização, pela constante construção de uma educação de qualidade para todos.

No CEJA estas Diretrizes são destinadas aos educandos jovens, adultos e idosos, como sujeitos de conhecimento e aprendizagem, de sua história e condição socioeconômica, sua posição nas relações de poder, sua diversidade étnico-racial, territorial, geracional e cultural, dentre outras.

Com o amadurecimento das discussões e experiências de educação de jovens e adultos na década de 1990, e por efeito das determinações legais advindas, foram promulgadas, em 10 de maio de 2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação.

Tais Diretrizes superaram a visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou apto apenas a tarefas e funções ditas desqualificadas no mundo do trabalho. Além disso, reconheceram a diversidade cultural e regional, presentes nos diferentes estratos sociais, os quais são portadores de uma rica cultura baseada na oralidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos passaram a valorizar ainda:

- ✓ as especificidades de tempo e espaço para seus educandos;
- ✓ o tratamento presencial dos conteúdos curriculares;
- ✓ a importância em se distinguir as duas faixas etárias (jovens e adultos) consignadas nesta modalidade de educação; e

- ✓ a formulação de projetos pedagógicos próprios e específicos dos cursos noturnos regulares e os de EJA.

As Diretrizes lançadas em 2000 também ressaltaram a EJA como direito e substituíram a ideia de compensação pelos princípios de reparação e equidade. Ainda, regulamentaram a realização de exames, oferecendo o Ensino Fundamental a maiores de 15 anos e o Ensino Médio a maiores de 18 anos (BRASIL, 2000). Nesse mesmo contexto, a educação de jovens e adultos foi incluída no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado e sancionado em 9 de janeiro de 2001, pelo Governo Federal.

Em relação aos indicadores da avaliação, segundo Minayo (2009, p. 87) “eles são compostos por parâmetros quantitativos e qualitativos que auxiliam no acompanhamento de determinada atividade, apontando se os objetivos estão sendo atingidos ou se há necessidade de intervenção”.

Nesse sentido os indicadores educacionais são construídos para atribuir um valor estatístico à qualidade do ensino de uma escola ou rede, atendo-se não somente ao desempenho dos alunos, mas também ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas. Tais ferramentas são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos, contribuindo para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola.

A este respeito Freire (1996, p. 65) responde que:

A avaliação é a mediação entre o ensino do professor e as aprendizagens do professor e as aprendizagens do aluno, é o fio da comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender. É preciso considerar que os alunos aprendem diferentemente porque têm histórias de vida diferentes, são sujeitos históricos, e isso condiciona sua relação com o mundo e influencia sua forma de aprender. Avaliar, então é também buscar informações sobre o aluno (sua vida, sua comunidade, sua família, seus sonhos...) é conhecer o sujeito e seu jeito de aprender.

No CEJA os indicadores de avaliação acontecem com intervenções ativas realizadas pelos professores com as metodologias na forma de como ensinar e como o aluno aprende, considerando as diferentes formas de vidas e conhecimentos prévios que cada aluno traz consigo. Assim como afirma Freire na citação acima avaliar e conhecer o sujeito e seu jeito de aprender.

6.4 A Política da Inovação Tecnológica

6.4.1 Concepção da Inovação Tecnológica

O mundo está em constante transformação e com isso diversos setores da sociedade devem incessantemente se atualizarem para que nessa chamada era digital não fiquem para trás. Na educação não é diferente, todos os dias nos deparamos com novas metodologias que exigem de nós educadores, novos instrumentos que auxiliem as nossas práticas de ensino melhorando a aprendizagem dos alunos.

Quando nos referimos à Inovações tecnológicas, estamos falando sobre as novas criações ou tecnologias que contribuem de forma geral para o desenvolvimento de produtos e serviços que trarão benefícios, como por exemplo, o aumento da produtividade, a diminuição de distâncias e facilidade no acesso à diversos serviços.

A escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus compreende que a concepção de inovação tecnológica é algo de fundamental importância para o contexto estudantil, pois as tecnologias contribuem para o acesso a informação e o conhecimento dos educandos, facilitando o processo de ensino e aprendizagem. Com a utilização desse meio informacional, facilitará o envolvimento dos alunos em sala de aula, contribuindo assim, para a formação dos educandos.

A nossa escola está alinhada aos documentos referenciais no que está posto na BNCC, DCRB e DCRM, entendendo que essa modalidade da concepção de inovação tecnológica é um direito de todos os envolvidos e deve ser inserido na política do município. No que se refere a utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDCIs) no DCRM, a cultura digital está articulada em campos como: da Arte, Educação, Filosofia, Sociologia, Ciências Naturais, dentre outros.

Essa modalidade de inovação tecnológica demarca espaço no Projeto Político Pedagógico da nossa escola e se materializa através de estratégias pedagógicas e ações educativas, desde a construção do projeto MR JOGOS que é um aplicativo que os alunos acessam para responder questões, além de possuir jogos pedagógicos e educativos construídos pela equipe escolar.



Além disso, a nossa escola possui um laboratório de informática onde os professores e alunos têm o acesso para realizar suas atividades didáticas e uma sala de áudio visual que os alunos se apropriam do conhecimento. Seja professor, seja aluno e demais funcionários que fazem parte da equipe escolar tem acesso as inovações tecnológicas que são disponibilizadas pela escola.

Com o advento da Pandemia do Covid-19, todos fomos obrigados a nos adaptar a uma nova realidade buscando estratégias pedagógicas que ajudassem a ofertar um ensino de qualidade. Vimos nossas escolas fecharem e com isso precisamos encontrar novos meios para não deixarmos nossos alunos sem acesso ao conhecimento, e diante desses acontecimentos foram surgindo instrumentos para suprirem os distanciamentos entre escola e aluno causados pela pandemia.

Nos últimos anos é comum vermos cada vez mais escolas utilizando novas tecnologias começaram a fazer parte dos ambientes escolares, levando as unidades

escolares a reorganizarem suas práticas educativas, adequando-as às realidades dos estudantes. Nossa escola possui um laboratório de informática contendo 11 micro computadores com acesso a internet que são utilizadas pelos professores para a realização de diversas atividades de pesquisa e como recursos para o uso de metodologias ativas para o ensino, como prevê a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Mesmo com nossa escola localizada na Zona Rural, a maioria dos nossos estudantes possui acesso a tecnologias, como celulares e internet, e diante disto entendemos a importância de utilizarmos esses aparelhos como aliados no processo de ensino e aprendizagem e não apenas como meros aparelhos para distração ou divertimento, o que acontece na maioria das vezes, e para isso é necessário também que o corpo docente esteja preparado para se deparar com momentos em que a atenção dos alunos está dividida entre a aprendizagem e a diversão.

Como bem relata Anecleto 2018, embora muitos professores utilizem das Tecnologias Digitais em suas vidas cotidianas, não se sentem preparados para organizar situações de aprendizagem, metodologicamente embasadas como meios que sirvam para potencializar o seu trabalho sendo importante a realização de formações continuadas cujo pontos de discussão abordem o uso das novas tecnologias como estratégias pedagógicas, o que fortalecerá as práticas docentes na sala de aula.

6.4.2 Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica

A Base Nacional Comum Curricular traz em sua abordagem a importância da utilização das Tecnologias Digitais como instrumentos pedagógicos, como meios que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem. Na BNCC o uso das Tecnologias Digitais aparece entre as 10 competências gerais, onde é articulada com os componentes curriculares.

Dentre essas competências trazidas pela BNCC (2018, p. 9), destacamos a competência geral 5, que estabelece o seguinte:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Essa competência aborda sobre a capacidade dos estudantes de compreenderem e utilizarem tecnologias com ética, criticidade tanto para obter informação, quanto também produzir e serem protagonista do conhecimento. Na IV Conferência Municipal de Educação de Anguera realizada em 25 de novembro de 2021, no artigo 3º teve como tema: “Inclusão, Equidade e Qualidade: Compromisso com o Futuro da Educação, em consonância com o tema da IV CONAE (Conferência Nacional de Educação). Em seu regimento interno preparatório para o CONAE 2022, aborda que:

Art. 3º parágrafo único: o tema central será discutido em três eixos temáticos:

I- O PNE 2024 -2034: avaliação diretrizes e metas;

II- Uma escola para o futuro: tecnologia e conectividade a serviço da Educação;

III- Criação do SNE avaliação da legislação inerente e do modelo de construção.

No Eixo Temático I o PNE (Plano Nacional de Educação) 2024- 2034 aborda a definição de uma escola para o futuro que assegure o acesso a inovação, tecnologias e oferta de educação aberta e a distância. Já no Eixo Temático II fazer referência a organização e a construção de uma escola para o futuro: na garantia de referenciais curriculares, práticas pedagógicas, formação de professores e infraestrutura física e tecnológica que permita a ampliação da conectividade, o acesso integral à internet e a dispositivos computacionais.

O PME (Plano Municipal de Educação) 2015 -2025 do município de Anguera: Meta 7 e estratégias 7.14: “prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em parceria com a União e o Estado da Bahia, para a utilização pedagógica no ambiente escolar”. (PME, p.98). Na Lei Complementar Nº 186 de 22 de junho de 2015 - Aprova o Plano Municipal de Educação – PME do Município de Anguera, em consonância com a Lei nº 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

1.18) garantir laboratórios de informática e bibliotecas nas escolas de educação infantil da rede municipal de ensino; 1.19) fornecer, em colaboração com a União e Estado da Bahia, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga, possibilitando a relação computadores/crianças nas instituições de Educação Infantil, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação como mais um ambiente de aprendizagem.

2.4) desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo.

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus está alinhada em sua perspectiva pedagógica se norteando através dos princípios que estão regidos nos documentos BNCC, DCRB (Documento Curricular Referencial da Bahia), DCRM (Documento

Curricular Referencial da Bahia), PNE (Plano Nacional de Educação), PEE (Plano Estadual de Educação), PME (Plano Municipal de Educação) e DCN's (Diretrizes Curriculares Nacionais), garantindo assim a construção do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades.

6.4.3 Diretrizes e Inovação Tecnológica

As diretrizes postas no BNCC, DCRB (Documento Curricular Referencial da Bahia), DCRM (Documento Curricular Referencial Municipal), PNE (Plano Nacional de Educação), PEE (Plano Estadual de Educação), PME (Plano Municipal de Educação) e DCN's (Diretrizes Curriculares Nacionais) são indicadores metodológicos das modalidades apontadas no PPP e dialogam com os marcos referenciais contidos nesses documentos.

Segundo Sbicca e Pelaez (2006, p. 417):

O processo de inovação, visto de forma interativa, relaciona-se com o conceito de Sistema de Inovação (SI), que pode ser entendido como um conjunto de instituições públicas e privadas que contribuem nos âmbitos macro e microeconômico para o desenvolvimento e a difusão de inovações de um determinado setor, região ou país.

Corroborando com os autores, o processo de inovação tecnológica é uma abordagem sistêmica que deve ser inserido nas instituições seja ela pública ou privada, sendo assim, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus defende o interesse da utilização da inovação tecnológica no âmbito escolar. O uso dessa inovação é um fator importante para o sucesso escolar, sendo uma fonte integração do conhecimento e da transformação social.

De acordo com Silva e Anecleto (2019, p. 129):

A escola, no contexto das TIC, das mídias digitais, é desafiada a constituir-se como espaço de formação de sujeitos capazes de responder às questões complexas da vida familiar e social, com capacidade crítica, olhares múltiplos, consciência histórica. E isso não se faz sem a necessária formação do sujeito emancipado.

Corroborando com os autores, a nossa escola tem o desafio de desenvolver novas formas e estratégias de ensino, inserindo assim os recursos tecnológicos no cotidiano escolar, para que os alunos possam conhecer e experimentar o uso das ferramentas tecnológicas de modo que possa contribuir com o fortalecimento da cultura digital. As inovações tecnológicas é um precursor para que possa impulsionar o ensino e aprendizagem transformando, assim as práticas pedagógicas.

O Projeto Político e Pedagógico da nossa escola está em consonância com as leis da educação que são ferramentas legais que embasam as políticas educacionais. Sendo assim a escola dialoga com as diretrizes e indicadores metodológicos dessa modalidade.

6.4.4 Diretrizes e indicadores de Avaliação

A avaliação pode favorecer as aprendizagens e experiências dos sujeitos protagonistas dessa modalidade, contribuindo para a construção de sua formação. O processo de avaliação de nossa escola é baseado por meio dos documentos legais postos na constituição. A rede municipal de ensino utiliza uma ferramenta que é o Sistema Informatizado E-grafite, onde é plantado o rendimento dos alunos, bem como faltas, relatórios da Busca Ativa, notas, entre outros.

De acordo com Libâneo (2006, pp. 200-201):

A avaliação escolar é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, e não uma etapa isolada. Há uma exigência de que esteja concatenada com os objetivos – conteúdos – métodos expressos no plano de ensino e desenvolvidos no decorrer das aulas. Os objetivos explicitam conhecimentos, habilidades e atitudes, cuja compreensão, assimilação e aplicação, por meio de métodos adequados, devem manifestar-se em resultados obtidos nos exercícios, prova, conversação didática, trabalho independente e etc.

Corroborando com o autor a avaliação ajuda na compreensão acerca do alcance dos objetivos educacionais, o professor vai desenvolver sua prática educativa através dos métodos e de sua didática. Levando em consideração que a avaliação é um componente do processo de ensino e aprendizagem que procura relacionar o que foi obtido com o que se pretende alcançar.

De acordo o DCRM (2022, p. 113) do município de Anguera, sobre os critérios de avaliação assegura-se que:

Em cada etapa, para cada componente curricular, sugere-se a aplicação de instrumentos de avaliação durante o processo formativo, cujo somatório apresenta valor de até dez (10) pontos. Nesse bojo, orienta-se também a observação sobre os critérios qualitativos e as competências sociemocionais em desenvolvimento por cada aluno.

O processo de avaliação da escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus ocorre através da divisão de três Etapas Letivas, onde é atribuída uma nota para aluno, a média a ser atingida para a aprovação em cada etapa é 5,0 pontos e cada etapa letiva

tem o valor de 10,0 pontos, ao ano o aluno precisa atingir 15,0 pontos para que seja aprovado.

Durante o ano letivo a escola tem os períodos de avaliações para cada etapa letiva, o pré-conselho, as recuperações para aquele aluno que não atingiu a média exigida e o período do conselho de classe, onde os professores avaliam cada aluno através seu comportamento, frequência e participação das aulas durante o ano.

A nossa escola possui estratégias metodologias com objetivos bem definidos, utiliza os princípios de avaliação como: integridade, sistematicidade, funcionalidade e orientação através dos seguintes pilares: objetivo, currículo, recursos, metodologia e avaliação. Sendo assim, a avaliação é uma importante ferramenta no processo de ensino e aprendizagem, contudo a nossa escola almeja a transformação social e o sucesso dos nossos estudantes.

6.5 A Política de Assistência Estudantil

6.5.1 Concepção de Assistência Estudantil

São deveres da Secretaria Municipal de Educação do município de Anguera, coordenar, acompanhar e avaliar a qualidade bem como a eficiência do transporte escolar, dando aos alunos condições de acesso e de permanência do educando na rede municipal ao ambiente escolar por meio da oferta de transporte escolar gratuito e de qualidade a todos os estudantes da rede, pois a grande maioria dos alunos que estudam na Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus moram na zona rural e dependem exclusivamente do transporte escolar gratuito para ter acesso a escola.

Segundo consta no site do Ministério da Educação:

Para garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes, o Ministério da Educação por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) mantém dois programas de apoio ao transporte escolar para alunos da educação básica que residem na zona rural. Caminho da Escola que é uma linha crédito concedida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, miniônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas. O PNATE e a Transferência automática de recursos aos estados, Distrito Federal e municípios para custear despesas com reforma, seguro, licenciamento, impostos, manutenção e pagamento de serviços contratados com terceiros.

Os alunos da Comunidade de Candialino utilizam o ônibus do programa Caminho da Escola que trazem os educandos dessa localidade até o Prédio de Jonas na mesma comunidade onde os mesmos pegam outro ônibus contratado pela secretaria de educação para conduzi-los até a escola. Esse processo de integração entre os

transportes acontece, pois, parte da localidade e de difícil acesso sendo necessário um veículo menor para poder adentrar no local.

Essa situação acontece também com os alunos que residem na comunidade do Carro Quebrado. A estrada que dá acesso essa comunidade e estreita não sendo possível entrar um ônibus, nesse caso um veículo menor (doblô) conduz os alunos até a entrada da comunidade para os mesmos adentrarem ao ônibus. Essa integração e feita com muita responsabilidade, pois se não houvesse essa logística estes alunos não teriam como chegar até a nossa escola.

Para ter a garantia que os alunos da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus terão transporte todos os dias letivos, evitando a evasão escolar, logo no ato da matrícula, a escola realiza uma entrevista com os responsáveis do aluno para colher informações, como por exemplo: Em qual localidade o aluno reside? Qual a distância da residência do aluno até o ponto onde o mesmo pode pegar o transporte escolar? O transporte escolar passa próximo a residência do aluno? O aluno possui deficiência? Qual o tipo da deficiência?

Essa entrevista serve para mapear as rotas que os transportes devem realizar na busca do aluno, garantindo o acesso do educando na escola. Com base na coleta destes dados o gestor da unidade escolar envia um ofício para o setor de transporte na secretaria de educação solicitando providencias e soluções para que o aluno possa comparecer a instituição evitando que o mesmo falte a escola desde o primeiro dia de aula. Para termos a garantia que os motoristas exerçam suas funções com assiduidade trazendo os alunos para a Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus e realizado mensalmente uma planilha de frequência com os dias letivos que a escola está em funcionamento e os motoristas assinam a sua frequência diária, “Livro de Ponto” e no final do mês e enviado para a empresa responsável pelo transporte escolar.

Segundo o que determina no artigo 10 da Lei de Diretrizes e bases da educação (LDB) “Os estados devem assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual, enquanto municípios têm a mesma incumbência com relação às escolas da rede municipal. Essa determinação também está na lei nº 10.709 de 31 de julho de 2003”. O município de Anguera tem ofertado e com qualidade o transporte escolar para conduzir os alunos da zona rural para a nossa instituição.

A escola promove ações voltadas para conhecer a história de vida dos alunos, essas ações se dão através de reuniões ou palestras com os pais ou responsáveis pelo educando. A instituição possui acessibilidade no seu ambiente físico, permitindo o acesso de estudantes independente de sua condição física pois todo o ambiente físico do Maria Rita é adaptável para receber o cadeirante etc.

Para os alunos que possuem condições neurológica (TEA, TDAH) a comunicação com os pais ou responsáveis é de fundamental importância para o desenvolvimento da criança, os pais podem relatar sobre o comportamento diário do filho e os professores podem fazer o mesmo referente ao que acontece na escola, pensando nesse sentido a escola faz o acompanhamento pedagógico e psico-socioemocional dos educando através do atendimento com a psicóloga do município, esse acompanhamento aconteceu no período da pandemia e está acontecendo no período pós pandêmico, sendo realizado mensalmente na própria unidade escolar, garantindo melhorias na aprendizagem dos nossos alunos.

Para garantir a permanência dos alunos na escola um funcionário da unidade escolar vai até a sala de aula todos os dias letivo, no primeiro horário e realiza uma chamada, identificando os alunos que estão presentes e os que faltaram. Após a chamada a escola entra em contato com os pais ou responsáveis para saber o motivo da ausência, esse contato se dá através de ligações, ou presencialmente para os casos dos responsáveis que não possuem telefone, nesse caso um funcionário vai até a residência do aluno buscar informações. Para conseguirmos ir até a residência de todos os alunos a instituição conta com um moto boy que fica a disposição para a realização deste serviço.

Para garantir a permanência dos estudantes da EPJAI a escola Maria Rita estimula estes educandos por meio de palestras, oficinas, debates, distribuição de brindes nas datas comemorativas e até mesmo faz realizações de nines gincanas em períodos sazonais no semestre letivo,

6.5.2 Princípios Orientadores da Assistência Estudantil

Os princípios que regem a política de Assistência Estudantil (AE), na Escola Maria segue o que é estabelecido no Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996, s/p), que prevê:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
VII - valorização do profissional da educação escolar;
VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
IX - garantia de padrão de qualidade;
X - valorização da experiência extra-escolar;
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021).

Os princípios estabelecidos pela LDB asseguram que a escola, amparada pela Secretaria Municipal de Educação, possa elaborar políticas internas que garantam a permanência e a frequência dos alunos na escola, bem como a igualdade de direitos, o respeito mútuo à diversidade e as formas de aprendizagem.

Os princípios norteadores para a AE, são assegurados pela Secretaria Municipal de Educação no que diz respeito a abono de recursos para transporte escolar, merenda escolar e recursos físicos da estrutura escolar. Todos os estudantes da Escola Maria Rita, sem distinção étnica, de gênero, religiosa, de sexualidade ou racial tem acesso garantido aos recursos que garantem sua permanência na escola, bem como à educação ofertada com qualidade asseverada pela Secretaria Municipal de Educação.

6.5.3 Diretrizes da Assistência Estudantil

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, realiza o acompanhamento dos estudantes, conforme seus perfis, de modo a asseverar que quando um aluno enfrentar dificuldades de acesso à escola e à educação, sejam criadas estratégias com vistas a sanar o problema.

No que diz respeito a frequência dos estudantes, é feito acompanhamento individual e com base no número de faltas do estudante e na recorrência com que ocorre, é realizada a chamada Busca Ativa, que consiste na comunicação entre escola e família para compreender o motivo da ausência.

Em casos mais graves, quando o estudante deixa de frequentar a escola por questões que ferem seus direitos enquanto criança/adolescente, é feito o acionamento do Conselho Tutelar, em conjunto com o CRAS, com objetivo de mudar as condições de vida a que este aluno está exposto de modo que tenha seus direitos e liberdade integralmente respeitados.

A frequência escolar também é incentivada por meio de ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, a exemplo da ação chamada “Dia D da Frequência Escolar”, que ocorre uma vez ao mês em todas as escolas da Rede Municipal e promove uma acolhida aos estudantes com vistas e incentivar a frequência.

Quanto a garantia da Merenda Escolar, a Escola Maria Rita disponibiliza aos estudantes o cardápio de refeições que será servido durante todo o mês. O cardápio em questão é elaborado e supervisionado pela Nutricionista responsável pela alimentação escolar do Município de Anguera.

Os recursos alimentícios são enviados pela SEC em quantidade estimada para o público de alunos matriculados na unidade escolar. Do mesmo modo, a SEC disponibiliza, com base na quantidade de estudantes matriculados na Escola e as localidades onde residem, o transporte escolar.

Ademais, a liberdade individual e tolerância e respeito mútuos são temáticas abordadas no cotidiano escolar, seja por meio de intervenções diretas dos professores, funcionários e gestão, seja por meio indireto nas temáticas abordadas nos Componentes Curriculares. Assim, por meio de ações diretas tanto da SEDUC, quanto da escola, os estudantes tem acesso garantido aos princípios que regimentam as políticas de Assistência Estudantil.

6.6 A Política De Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional Dos Servidores

6.6.1 Concepção da Formação Continuada

Devemos pensar a “formação continuada” como um processo constante de aperfeiçoamento e aprendizagem do professor/educador, aprimorando seus saberes, tornando-o capaz de oferecer a qualidade de ensino esperada. A formação continuada dos servidores da educação sempre foi assunto importante no contexto educacional, ganhando, porém, mais visibilidade após a formulação da BNCC.

A Base, como se sabe, é um documento com força de lei, formulado com o objetivo de servir de referência para as redes de ensino e escolas de todo o país elaborarem seus currículos. Ela se estrutura a partir de um conjunto de competências e habilidades que se espera que os estudantes desenvolvam ao longo da educação básica, estando diretamente ligada as práticas e metodologias de ensino dos professores. Por isso, a necessidade de renovação e formação continuada dos professores.

Para Imbernón (2010, p. 47):

A formação continuada deveria apoiar, criar e potencializar uma reflexão real dos sujeitos sobre sua prática docente nas instituições educacionais e em outras instituições, de modo que lhes permitisse examinar suas teorias implícitas, seu esquema de funcionamento, suas atitudes, estabelecendo de forma firme, um processo constante de autoavaliação do que se faz e porque se faz. [...] Trata-se de abandonar o conceito tradicional de que a formação continuada de professores é a atualização científica, didática e psicopedagógica, que pode ser recebida mediante certificados de estudo ou de participação em cursos de instituições superiores, de sujeitos ignorantes, em benefício da forte crença de que esta formação continuada deva gerar modalidades que ajudem os professores a descobrir sua teoria, a organizá-la, a fundamentá-la, a revisá-la e a destruí-la ou construí-la de novo.

Aqui, na Escola Maria Rita, há por parte dos professores a constante reflexão das suas práticas pedagógicas, percebemos nos momentos de AC, onde as experiências são compartilhadas e a partir daí novas estratégias e práticas pedagógicas são traçadas para o melhor desempenho da escola. São nesses momentos que surgem as ideias, projetos e outras atividades que visam o melhor aprendizado de nossos alunos e são nesses momentos que percebemos a importância de estar em constante formação.

6.6.2 Princípios Orientadores da Formação Continuada

A ideia de formação continuada entrou em evidência no Brasil principalmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que na orientação de uma política para o magistério, busca a valorização do profissional da educação escolar.

Nesse sentido, os princípios que norteiam a formação continuada em nossa instituição de ensino residem não só nos aspectos que dizem respeito ao aperfeiçoamento dos nossos profissionais mais também na melhoria da qualidade do ensino ofertado em nosso município e conseqüentemente no desenvolvimento educacional de cada educando.

Além de promover a valorização dos nossos profissionais, desde o reconhecimento da importância do seu papel social na fundamentação e na constituição da instituição,

escola, em parcerias com os nossos alunos, até as melhorias das condições de trabalho e de remuneração.

Levando em consideração a LDB orientações a Escola Maria Rita entende que a formação continuada deve ser baseada nos princípios do agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

6.6.3 Diretrizes da Formação Continuada

Durante o processo de elaboração/reelaboração do PPP, percebemos a ausência do tema Formação Continuada no documento anterior, porém é algo que está presente no Plano de Ação para ser desenvolvido na escola. Na Escola Maria Rita os professores possuem autonomia para buscar meios de aprimorar suas práticas pedagógicas através das formações continuadas, sejam elas ofertadas pela Secretaria De Educação ou de forma particular.

A Secretaria De Educação de Anguera ofertou em 2016 e 2017 a formação continuada Prática e Ação, esta teve ênfase em língua portuguesa e matemática, além desta os professores participaram da formação Educação no Campo (2017/2018), ofertada pela UFRB em 2018, e da formação Segurança e Saúde na Escola (2019/2020).

Em nossa Escola os professores entendem a importância de estar em constante evolução, por isso se coloca como sujeito de sua própria formação à medida que busca novas formações e a reelaboração de suas próprias práticas pedagógicas.

Daí a importância da formação continuada de professores para que possam estar preparados não só para receber, mais também para oferecer uma educação que atenda às necessidades individuais desses educandos e promova a construção de aprendizagens. (ANGUERA, 2022, p. 34)

A escola por sua vez vê a formação continuada de professores como uma forma de garantir mais qualidade no ensino e melhores condições de trabalho para os docentes. É um meio de mostrar para a comunidade escolar que a instituição se preocupa com o futuro dos alunos e valoriza seus profissionais. As políticas de formação continuada têm um papel fundamental na organização do curricular e nas reflexões sobre a pratica docente ao passo que possibilita o diálogo entre a gestão e os docentes. A partir daí podemos perceber as necessidades da equipe docente por meio do diálogo,

da troca de ideias, da construção de projetos entre outras ações que buscam sanar os problemas de sala de aula.

As Diretrizes Operacionais da Educação do Campo também garantem o desenvolvimento de políticas de formação dos profissionais que atuam na modalidade de Educação do Campo de forma que:

A formação de professores para a educação do campo observará os princípios e objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme disposto no Decreto no 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e será orientada, no que couber, pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1º Poderão ser adotadas metodologias de educação a distância para garantir a adequada formação de profissionais para a educação do campo.

§ 2º A formação de professores poderá ser feita concomitantemente à atuação profissional, de acordo com metodologias adequadas, inclusive a pedagogia da alternância, e sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da educação do campo, e por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. (DECRETO 7.352 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2010).

Contemplando o que está previsto nessas diretrizes, no ano de 2018 nossos professores participaram de um curso de formação continuada ofertada pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) voltada para professores do Ensino Fundamental e Médio das Secretarias Municipais de Educação do Estado da Bahia.

A partir dos pontos discutidos nesse curso, nossos professores puderam conhecer as concepções; aprender sobre as bases legais da Política Nacional de Educação do Campo bem como compreender os conteúdos fundamentais para a Educação Básica do Campo na relação com os Princípios da Agroecologia.

Aqui no Maria Rita buscamos estabelecer um constante diálogo entre os princípios que definem o PPP, citados anteriormente e a equipe escolar. Prezamos pela valorização profissional, pela autonomia e principalmente pela gestão democrática. Buscamos sempre envolver os sujeitos que compõem nossa equipe escolar.

6.7. A Política de Comunicação Escola/Família e Escola/Comunidade

6.7.1 Concepção da comunicação Escola/Família/Comunidade

A parceria família/escola/comunidade é um dos ingredientes fundamentais para o bom funcionamento da unidade escolar, cabe a escola tornar essa relação atrativa criando canais de comunicações diversos como, por exemplo, reuniões, palestras e

formações. Quando essas ações acontecem os pais tendem a confiar no trabalho realizado pela a equipe escolar e os mesmos passam a visitar a escola com frequência.

De acordo com Costa (2006, p. 46)

A escola deve estar preparada e disponível para atender as necessidades da comunidade e encontrar meios para a conscientização da família sobre sua importância na atuação e colaboração no processo de desenvolvimento dos filhos e que, independentemente do nível de ensino, o acompanhamento e a participação da família tem que ser assíduo.

A Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus busca envolver os pais ou responsáveis, incluindo-os nos processos de tomada de decisões da unidade escolar, assegurando a participação dos mesmos, visando a transformação da escola numa ambiente democrático.

Na perspectiva de Veiga (1995, p. 12) todos os membros da comunidade escolar:

Podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham, intensificam seu desenvolvimento com ela e, assim, acompanham melhor a educação ali oferecida.

Os pais são fundamentais no processo da aprendizagem e no progresso escolar dos seus filhos. Em nossa escola acontece o plantão pedagógico no final de cada Etapa Letiva onde os professores, entregam aos pais os boletins dos alunos, fazendo uma explanação sobre a nota adquirida pelo educando, bem como o nível em que o aluno se encontra e as competências e habilidades que o mesmo já garantiu e que precisa garantir na próxima etapa letiva, nesse sentido os professores reforçam a ideia de que a escola necessitam do apoio da família principalmente na realização das tarefas passadas para casa.

Segundo Reis (2017, p. 6) enfatiza que: “A escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos”. Deste modo, a comunicação com a família é primordial, pois a falta da parceria família-escola é um problema que ocasiona uma série de outros problemas.

6.7.2 Princípios da comunicação Escola/Família/Comunidade

A proposta de interação escola/família está baseada nos princípios norteadores de uma educação de qualidade, como um direito fundamental para todas as pessoas. Partindo do que está previsto no artigo 2º da LDB a educação, dever da família e do

Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A família tem papel importante na construção do caráter e da personalidade do indivíduo. Pois, é no ambiente familiar que as crianças encontram seu primeiro contato com outro indivíduo, onde aprende as noções de afeto, solidariedade e respeito entre dois ou mais indivíduos. Desse ambiente o indivíduo, ainda extrai importantes princípios e valores éticos e morais.

Para Polonia e Dessen (2005, p. 304) destacam que: “A família e a escola aparecem como dois princípios indispensáveis para iniciar os processos de desenvolvimento das pessoas, agindo como impulsores ou inibidores da sua evolução física, intelectual e social”. O estado a nível federal, estadual e municipal e o responsável primário pela educação escolar do cidadão nesse sentido a Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus tem como objetivo preparar e formar cidadãos para o ambiente de trabalho na área rural ou urbana.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) determina que cabe à União a função de estabelecer uma política nacional de educação, especialmente por meio de leis. Os Estados, segundo a LDB, devem oferecer o ensino fundamental gratuito e priorizar o ensino médio. E aos municípios cabe oferecer o ensino infantil (creche e pré-escola) e priorizar o ensino fundamental.

6.7.3 Diretrizes da comunicação escola/família/comunidade

Uma boa comunicação sempre gera confiança e fortalece vínculos da instituição com a comunidade escolar, a instituição que divulga sua marca consegue atingir novos públicos e soma valor ao seu nome bem como à reputação da escola. A comunicação escolar da nossa instituição se dá através da gestão, coordenação e professores tornando essencial a partilha de conhecimentos, buscando opiniões para a melhoria do espaço e ambiente escolar, realizando mudanças e desenvolvimento pedagógico e social.

A comunicação da escola é um dos recursos essenciais, para garantir o sucesso entre ou dentro da instituição e partindo nesse propósito a Escola Maria Rita realiza a busca ativa indo até a residência do aluno e através do diálogo busca soluções para

trazer o aluno de volta à escola evitando a evasão escolar. A nossa instituição possui o Conselho Escolar ativo e atuante, e através das reuniões do conselho buscamos a melhoria do espaço físico bem como o ensino ofertado.

Segundo Garcia (2006, p. 12)

A parceria entre a família e a escola é de suma importância para o sucesso no desenvolvimento intelectual, moral e na formação do indivíduo na faixa etária escolar. Afinal, por que até hoje em pleno século XXI a escola reclama da pouca ou insignificante participação da família na escola, na vida escolar de seus filhos? Seria uma confusão de papéis? Onde estaria escondido o ponto central desse dilema que se arrastam anos e anos?

O Conselho Escolar da Escola Maria Rita Alves de Jesus é formado por dois alunos, dois professores, dois pais ou responsáveis, dois funcionários e dos membros da comunidade local. Através das reuniões desse conselho a escola tem adotado várias medidas propostas pelos os membros como por exemplo a sugestão de que a escola necessitaria de um time de futebol ativo, visto que os jovens que estudam nessa unidade escolar têm o futebol como a modalidade de esporte favorito para praticar.

Seguindo a sugestão dos membros a escola implantou o time denominado Maria Rita Futebol Clube e os treinos acontecem nas aulas do componente curricular de Educação Física.

7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

7.1. Concepção de Avaliação do PPP

Sabemos que o Projeto Político Pedagógico é o coração da escola, documento que norteia toda a prática pedagógica da instituição, e assim como afirma Veiga (2013, p. 12), não é algo que após construído será arquivado ou enviado para a secretaria de educação como prova do cumprimento de tarefas burocráticas, sendo algo vivo que “vai muito além de um simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversas”.

Por se tratar de um documento que tem como objetivo orientar as práticas pedagógicas exercidas na escola, é essencial que haja uma avaliação coletiva do mesmo periodicamente. Nós da escola Maria Rita, entendemos que esse processo de avaliação deve ser pautado inicialmente na escuta, e por isso vê a necessidade da participação de toda a comunidade escolar, e a partir desse processo, (re)avaliar tudo o que está proposto em nosso Projeto Político Pedagógico.

Ainda, segundo Veiga (2013, p. 32):

A avaliação do Projeto Político-Pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva).

Sendo assim, a partir da avaliação do nosso documento, toda a comunidade escolar poderá, a partir do seu conhecimento prévio acerca da realidade vivenciada na escola, analisar e identificar pontos que precisam ser modificados e sugerir ações a serem implementadas para o aperfeiçoamento das atividades pedagógicas e administrativas que, até então, não estão contempladas no documento.

Entendemos que a avaliação envolve a escuta tornando necessária a participação de toda a comunidade escolar, e com isso a nossa instituição fará a avaliação de forma coletiva considerando as metas, as ações e os princípios presentes em nosso plano de ação e no próprio Projeto Político-Pedagógico.

O PPP é um documento que está em constante mudança se adaptando às novas realidades do público que a escola atende. Sendo assim, durante a avaliação do PPP, serão discutidas as ações presentes no PPP, identificando qual dessas ações favoreceram o avanço na aprendizagem dos alunos, bem como possíveis dificuldades, encontradas no desenvolvimento dos projetos planejados pela equipe escolar presentes no documento.

7.2 Aspectos Teórico-Metodológicos dos Processos

Durante todo o processo de reelaboração do nosso Projeto Político-Pedagógico, nos deparamos com muitos desafios que vão desde a coleta de dados até a efetivação da escrita. Ao longo de toda caminhada, buscamos refletir sobre as especificidades do nosso público, para assim readequar o documento já existente na escola às novas necessidades.

Inicialmente, participamos de algumas formações fomentadas pela Secretaria Municipal de Educação junto ao comitê Local e em parceria com a Undime que foram de fundamental importância, pois essas formações nos orientaram sobre o processo de formalização e execução do trabalho.

Para fundamentar a escrita do nosso PPP utilizamos os documentos referências como: BNCC (2017), DCRB (2020), DCRM (2022), LDB. Entre outros além dos teóricos que discorrem sobre os assuntos mais gerais referentes aos fazeres educativos como

Libânio (1994); Veiga (1997 / 2007), Caldart (2012), além de outros intelectuais da Educação, a exemplo de Freire (que serviram de base para a construção de diversos pontos específicos deste documento.

A primeira etapa de construção se deu com a apresentação e conscientização da comunidade escolar sobre a importância desse documento que reúne propostas e define ações que visam o aprimoramento pedagógico e administrativo da nossa escola, enfatizamos ainda que para haver um resultado exitoso é importante a participação de todos nesse processo.

Após esta etapa de conscientização, foram aplicados questionários a todos que compõem a nossa comunidade escolar como: gestores, docentes, alunos, pais e colaboradores cujo resultados nos ajudou na análise qualitativa acerca da visão de cada um sobre a escola, caracterizando uma etapa importante na reelaboração do nosso documento, pois assim como afirma Minayo (2001, p. 21) “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares” e dar ouvidos à nossa comunidade escolar nos ajuda a enxergar possíveis problemas que por diversas situações não identificamos cotidianamente e a traçar um perfil próprio e particular da Escola Maria Rita.

A aplicação destes questionários ocorreu com cada grupo de forma diferente respeitando o perfil de cada um, pois alguns tiveram necessidade de alguém próximo para orientá-los devido à baixa escolaridade. Os estudantes responderam em um momento reservado na aula sob a orientação de seus professores. Os pais se fizeram presentes na escola e seguindo as nossas orientações responderam as perguntas do questionário.

O ponto mais problemático na aplicação dos questionários veio por parte dos professores, deparamo-nos com a resistência de alguns, pois estavam com muitas demandas relacionadas ao pedagógico alegando ter tido um curto espaço de tempo para responder, mas apesar da resistência todos responderam dentro do prazo determinado.

Escolhemos tais métodos, pois acreditamos que a qualidade do ensino e da aprendizagem se dão por ambas as vertentes (qualitativo e quantitativo), assim através da aplicação dos questionários fizemos tanto um levantamento de dados sobre o perfil identitários que compõem a nossa escola quanto a quantificação de alguns índices socioeconômico.

O início da escrita não foi fácil, nos deparamos com muitas dificuldades, tivemos que dividir nosso tempo entre a coleta de dados, escrita, além das demandas externas, advindas da Secretaria Municipal de Educação, e internas, pois a nossa escola não parou, e cotidianamente surgiam problemas que necessitavam da nossa atenção.

Esse processo, apesar de difícil, foi muito enriquecedor para todos os que participaram diretamente do processo de reelaboração do PPP. Aprendemos a lidar com os percalços que foram surgindo ao longo da escrita, rompemos nossas crenças limitantes de que não conseguiríamos e ainda saímos com uma bagagem repleta de conhecimento.

7.3 Diretrizes para a Implementação do Processo

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Maria Rita Alves de Jesus, representa muito mais do que um simples documento, pois o mesmo norteia e viabiliza a escola democrática inserindo toda a comunidade escolar na tomada de decisões, com autonomia e qualidade social.

As diretrizes para implementação do processo deste documento se constituirá através do consenso entre nossa equipe escolar, que determinou as seguintes normas de cumprimento e verificação dos resultados obtidos a partir do ano de 2023:

- I. Logo após o início do ano letivo de 2023, será discutido em cada AC elementos que fundamentem a introdução dos novos projetos em nossa prática pedagógica;
- II. Serão propostos momentos de estudos aprofundado do nosso PPP, para que todos tenham conhecimento acerca das novas demandas que fundamentarão o nosso trabalho futuro;
- III. Nos momentos de estudos, será feita a distribuição dos projetos por etapa, cada projeto será articulado em conformidade com as demandas e estágio de desenvolvimento de cada turma;
- IV. Será distribuído um cronograma anual, com os temas e projetos, divididos por área do conhecimento e por etapa, com o intuito de informar aos alunos e aos pais/responsáveis sobre os projetos que serão desenvolvidos durante cada ano letivo, assim os mesmos terão conhecimento acerca dos projetos presente em nosso PPP e poderão acompanhar a implementação dos mesmos;

- V. Após a inserção dos novos projetos, faremos reuniões internas para compartilharmos as experiências e fazer uma verificação dos objetivos alcançados e das possíveis mudanças, caso seja necessário, para validar a aplicação e funcionalidade dos nossos projetos;
- VI. Ampliar a articulação com as famílias e a comunidade local, criando processos de integração da sociedade às demandas da escola, promovendo o conhecimento acerca da funcionalidade do documento em questão e o acompanhamento no processo de implementação e avaliação;
- VII. Incentivar a participação/observação dos nossos estudantes na verificação da implementação do PPP, através de roda de conversas para termos uma estatísticas da percepção dos mesmos em relação aos nossos projetos e práticas pedagógicas;
- VIII. Após o fim de cada etapa letiva, será realizada uma reunião geral, na qual será distribuídos questionários avaliativos sobre a implementação do nosso PPP, para que possamos ter uma avaliação institucional interna que qualifique a implementação e a funcionalidade do referido documento.

A equipe gestora e todo corpo docente da nossa escola, serão responsáveis pela implementação do Projeto Político-Pedagógico, e como dito anteriormente, por se tratar de u documento que atende ao interesse de todos os que vivem a escola diariamente, todos devem se apropriar dele para que seja implementado de forma democrática.

A Implementação do PPP em nossa unidade escolar, se dará de forma imediata após a apresentação do documento em audiência pública. Será feita a apresentação do documento para toda comunidade escolar, os quais participaram de sua construção a partir do preenchimento dos questionários e serão também convidados a participarem ativamente de todo o processo de implementação do Projeto Político Pedagógico.

7.4 O Programa Institucional de Avaliação do PPP

É importante salientar que o processo de avaliação do Projeto Político Pedagógico inicia desde o momento de criação desse documento, pois durante todo o percurso de leitura da bibliografia, revisão, formatação e discussão, estão avaliando nossas práticas pedagógicas e administrativas.

A avaliação do que está posto no documento deve ser constante, a partir da observação constante das práticas realizadas na escola, analisando os dados presentes no documento, interpretando e os relacionando com os objetivos detalhados no plano de ação.

Na Escola Maria Rita o principal objetivo dessas avaliações é obter informações acerca das ações da aprendizagem pois a avaliação faz parte da atividade escolar do docente e precisa ser vista como uma ferramenta muito importante para o processo formativo do educando, possibilitando ao professor uma reflexão constante das habilidades e dificuldades, que o aluno possui bem como o papel do docente para as transformações do sujeito na sociedade.

As ações elencadas no Projeto Político Pedagógico da Escola Maria Rita serão implementadas gradativamente no decorrer do Ano Letivo da seguinte forma:

- I. O PPP está de fato sendo colocado em prática?
- II. Qual o nível de envolvimento de participação dos docentes no processo de implementação e avaliação do PPP?
- III. As metas foram alcançadas com base no esperado?
- IV. Caso as metas não tenham sido atingidas com êxito, quais foram os empecilhos? Quais caminhos devem ser trilhados para sanar tais problemas?
- V. Qual o nível de envolvimento da comunidade escolar nos mais diferentes aspectos de implementação e avaliação do nosso PPP?
- VI. Serão elencadas e avaliadas todas as sugestões referentes as ideias que surgirem nos momentos de estudos para avaliarmos de forma democráticas as melhores estratégias práticas dos novos projetos e do remodelando dos projeto já existentes, buscando a inovação dos mesmos;
- VII. Caso seja constatado algum déficit, será feito um debate para que os docentes e coordenadores exponham suas experiências e opiniões, articulando-as às possíveis soluções.
- VIII. Estes pontos serão discutidos e analisados no final do primeiro e do último semestre em reuniões realizadas pela gestão da escola e a coordenação pedagógica junto à comunidade escolar.

O acompanhamento do Conselho Escolar nesse processo também será de vital importância, visto que é um órgão de representação junto à comunidade. Além disso, ao final de cada ano letivo, serão analisadas as propostas de trabalhos presentes no PPP e no plano de ação em vigor, sendo revisitado todo o processo educativo.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme consta na introdução deste documento, a iniciativa de elaboração/reelaboração coletiva de um instrumento norteador visa orientar e fundamentar as práticas pedagógicas das instituições de ensino, além de expressar a identidade da escola.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Maria Rita Alves de Jesus se constitui numa iniciativa coletiva de compromisso com a educação dos alunos e comunidade escolar, levando em conta a trajetória da comunidade escolar, a sua história e cultura, para garantir um percurso formativo de sucesso aos estudantes e também para cumprir o seu papel socioeducativo.

O PPP constitui-se assim, um processo de vivência democrática, uma vez que todos os segmentos que compõem a comunidade escolar participam dele, assumindo o compromisso com seu acompanhamento e, principalmente, nas escolhas que a instituição escolar necessita fazer, permitindo potencializar o trabalho colaborativo e o compromisso com uma escola pública de qualidade.

Considerando o que foi descrito anteriormente, pode-se dizer que o Projeto Político Pedagógico é um documento de grande importância para a escola, uma vez que ele dará suporte ao trabalho coletivo em todos os segmentos, portanto deve ser visto e revisto com frequência. Contudo, é preciso deixar claro que o PPP é uma proposta de trabalho flexível, não estática. É um documento que precisa ser avaliado sempre que necessário levando em consideração os processos educacionais, pois estes são complexos e sempre haverá novos desdobramentos a desenvolver.

A escola com Gestão Democrática se faz por meio da construção da cidadania, onde o educando tem a capacidade de tomar decisões individuais e coletivas de forma crítica, articulando-se com a compreensão da realidade social ao qual está inserido.

Nesse sentido, espera-se que as orientações apresentadas neste PPP contribuam para a construção da autonomia da escola e a formação humanística e

política dos seus sujeitos. Dessa forma, percebemos que a escola, que dialoga, pensa, questiona e compartilha saberes é uma escola autônoma, que caminha na construção do conhecimento.

9. REFERÊNCIAS

ANGUERA. Secretaria Municipal de Educação. **Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental**. Anguera, 2022.

BRASIL. **ARTIGO 2 – LEI DE DIRETRIZES DE BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL/1996**. Disponível em: <<https://modeloinicial.com.br/lei/L-9394-1996/lei-diretrizes-bases-educacao-nacional/art-2>> Acesso em: 11 ago. 2022.

BAHIA. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia para educação infantil e ensino fundamental**. (v. 01). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CALDART, R. S. **Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/3644/3444>>. Acesso em: 03 ago. 2022.

EVANGELISTA, I. A. S. **Planejamento Educacional: Concepções e fundamentos**. Perspectiva Amazônica, Santarém, PA, Ano I, v. 2, p. 54-67, 2011.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão Democrática da Educação: Atuais Tendências Novos Desafios**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FORTUNA, T. R. **A formação lúdica e docente e a universidade**. 2011. Tese de doutorado. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35091/000793590.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2022.

FREIRE, P. **A Educação é um ato político**. In: Cadernos de Ciência, Brasília, n. 24, p. 21-22. 1991.

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 2014.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão de escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIMA, E. S. **Avaliação na Escola**. São Paulo, SP: Sobradinho 107 Ltda ME, 2003.

LUCKESI, C. C. **Avaliação Educacional Escolar: para além do autoritarismo**. In: _____. Avaliação da aprendizagem escolar. 7ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

NARCIZO, K. R. dos S. **Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas.** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande do Norte, v. 22, p. 86-94, jan.-jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/2807/1583>. Acesso em: 11 ago. 2022.

NÓVOA, A. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão.** Lisboa: 2013. Disponível em: http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.

OLIVEIRA, T. **Avaliação institucional.** Curitiba: SEED-Paraná, 2004.

PARO, V. H. **Administração escolar e qualidade de ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso?** In Bastos, Joao Baptista (org) Gestão democrática, Ed. DP & A, 3º edição, 1997.

SACRISTAN, J. G. e PÉREZ, G. A. I. **Compreender e transformar o ensino.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto Político Pedagógico – Uma Construção Possível.** Campinas, SP: Papirus, 1997.

ANEXO I – Diagnósticos

ANEXO II - Planos de ação

ANEXO III – Plano de Curso (Art. 17 da Resolução CEE nº 137/2019)